

ArcoS do Rio

Nº 01 • SETEMBRO 2021



Diretor Executivo
Antônio Mariano

Diretora de Comunicação
Ana Carolina Milani

Coordenador de Comunicação
Linik Rykaszewski

Diretora de Pesquisa
Ana Flávia Assumpção

Fotografias
Rafael Pereira

Projeto Gráfico e Arte
Matheus Costa

Instituto Rio21
Travessa do Comércio, 6, Centro
Rio de Janeiro, RJ
contato@rio21.org
www.rio21.org

Esta revista poderá ser encontrada
em nosso site: www.rio21.org

Publicação semestral. Jul/Dez 2021.

Todos os textos desta revista poderão ser livremente utilizados,
desde que citada a fonte.

Os artigos aqui publicados são de inteira responsabilidade dos
autores e não necessariamente refletem a opinião da KAS Brasil,
da Revista Arcos do Rio e/ou do Instituto Rio21.

Impressão: Wizartes Gráfica e Design

Apoio e patrocínio:



**Arcos
do Rio**

I N S T I T U T O
RI  **21**

**DIÁRIO
do RIO**

Editorial

“Chega! Decidi que vou sair daqui. Em São Paulo (ou Lisboa, ou Miami, por exemplo) a qualidade de vida é melhor, infelizmente.”

E depois de ouvir essa frase várias vezes, criamos o Instituto Rio21. Somos um grupo de cariocas (da gema, ou adotados) que não desiste do Rio de Janeiro. Uma espécie de exército de Brancaleone dos que ainda acreditam no potencial e no futuro do nosso lar.

O carioca é internacionalmente reconhecido por ser tranquilo, simpático, sagaz e vem perdendo todas estas qualidades, quando se vê imerso em horas preso no trânsito, na alta dos preços dos serviços, na violência que o acomete independente de CEP e todos os demais problemas que é melhor nem citar. Desta forma, o Rio21 se propõe como um lugar para pensar, debater e inovar o que for preciso para ajudar esta cidade a se desenvolver e, finalmente, chegar ao século 21. Inteligente, moderna, mas principalmente, menos desigual, com oportunidades para todos e fazendo justiça à sua gloriosa história.

Aqui, queremos promover o bom debate e o desenvolvimento das boas ideias, longe de radicalismos e com uma única paixão, o DDD 21. Não temos dúvida de que o Rio de Janeiro pode encontrar políticas públicas mais adequadas ao seu desenvolvimento, gerar um ambiente de negócios menos burocrático que favoreça a inovação e a abertura de novas empresas e postos de trabalho, criar oportunidades para os mais humildes e, principalmente, para os jovens e contar com uma população que se envolva mais no debate social, político e econômico. Podemos, especialmente, sermos favorecidos pela discussão livre de ideias, dados estatísticos, projetos e produções acadêmicas. Ressaltamos que este tipo de debate, com foco no Rio e buscando auxiliar o seu desenvolvimento e apresentar soluções, é hoje, infelizmente, bastante escasso. Por isso criamos a re-

vista Arcos do Rio, que será nosso principal palco de debates no Rio21. Um espaço de compartilhamento, investigações e engajamento para tornar o Rio a potência que nunca deveria ter deixado de ser.

Também é preciso agradecer ao apoio incansável da Fundação Konrad Adenauer, nossa parceira de primeira hora na construção deste Instituto e, principalmente, desta revista, a qual patrocina, por acreditar no potencial de engajar debates sadios e relevantes. Além disso, também devemos agradecer ao jornal Diário do Rio, que, assim como a Fundação, firmou uma parceira visionária para nossa cidade, abrindo espaço para desenvolvimento e divulgação de nossas pesquisas.

A você, leitor, espero que goste desta primeira edição da Arcos do Rio, onde trazemos debates importantes. O primeiro deles, do economista Fernando Cotelo, perguntando para onde devemos crescer, aliando dados econômicos, urbanísticos e de transporte público. O segundo, com o historiador e cientista político Christian Lynch, sobre o retorno do Rio de Janeiro como capital, desta vez ao lado de Brasília. Com exemplos históricos da transferência nos anos 1960 e atuais, de outras capitais ao redor do mundo, mostra as chances de crescimento que podemos ter, se esta medida for implementada. Seguindo, em tempos de pandemia, um assunto que apareceu com bastante força: a questão da renda básica cidadã. O sociólogo Jimmy Medeiros, ao lado de seus colaboradores, Amsatou Diop, Ian Araujo e Victor Lopes, traçam um panorama sobre esta discussão na Região Metropolitana do Rio. Encerrando, uma entrevista com a arquiteta e urbanista Ruth Jurberg, provavelmente a maior mente carioca que pensa e trabalha a questão das favelas e seu desenvolvimento.

Portanto, boa leitura e até a próxima. Ou, como um bom carioca, valeu!!

Fundação Konrad Adenauer

A Fundação Konrad Adenauer (KAS) é uma fundação política alemã, independente e sem fins lucrativos. Atuamos com base nos valores da União Demócrata-Cristã (CDU), partido político alemão, em prol da democracia, através do apoio à projetos e pesquisas que visem o fortalecimento da Educação Política, do Estado de Direito, da Cooperação Internacional, da Eco-

nomia Social de Mercado e do Desenvolvimento Sustentável. Presentes no Brasil desde 1969, reunimos lideranças atuais e futuras da política e da sociedade, bem como formadores de opinião no universo acadêmico. Trabalhamos sempre com parceiros locais e incentivamos o diálogo sobre os principais desafios do país.

04

PARA ONDE O RIO DE JANEIRO DEVE CRESCER?

Fernando Cardoso Coteló

14

O RETORNO DA VELHACAP

Christian Edward Cyril Lynch

13

CRÔNICA:
O RIO DE JANEIRO É

Felipe Lucena

32

RIO21 E DIÁRIO DO RIO: UM BALANÇO DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE PARCERIA

36

PERSPECTIVAS DA RENDA BÁSICA NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Jimmy Medeiros, Amsatou Falilou Diop, Ian Vaz Araujo, Victor Pereira Lopes

48

ENTREVISTA COM RUTH JURBERG



**PARA ONDE O
RIO DE JANEIRO
DEVE CRESCER?**

Fernando Cardoso Cotelo

Em maio de 2018 estive presente ao único debate público de que tive notícia sobre a proposta de nova Lei do Uso e Ocupação do Solo para o Município do Rio de Janeiro. Promovido pelo vereador Renato Cinco, a chamada para o debate vinha com o seguinte título: “Lei de uso o ocupação do solo em debate: para onde o Rio de Janeiro deve crescer”. Eram preocupações legítimas, uma vez que a LUOS proposta pela prefeitura poderia estimular o espraiamento urbano quando determina altos índices construtivos em áreas verdes e campos alagados (como da região das Vargens).

Depois que os membros da mesa e da audiência apresentaram suas falas, me dei conta de que, ainda que o mote do debate fosse “para onde o Rio de Janeiro deve crescer”, a maioria dos presentes estava preocupada em manifestar seu posicionamento quanto o Rio de Janeiro Não deve crescer. As diretrizes dadas pelo projeto de lei estavam tão equivocadas que não eram capazes nem de conduzir o debate na direção correta.

Existem basicamente duas formas de uma cidade crescer: para cima e para os lados. Crescer para os lados significa aumentar a mancha urbana, a área da região dedicada à ocupação por atividades urbanas. Crescer para cima significa aumentar a densidade de ocupação do espaço construindo prédios e ocupando mais intensivamente o solo. Uma forma não exclui a outra, mas as consequências de cada uma delas para o funcionamento da cidade são diferentes. Em particular, cidades mais adensadas criam condições melhores para o deslocamento por transporte público, a pé ou de bicicleta.

A Figura 1 mostra o gradiente de densidade calculado a partir das densidades médias encontradas na Região Metropolitana a partir de uma determinada distância do Centro da cidade (Praça Mauá). Na figura estão grafados três gradientes: um para a cidade como um todo, um para os setores onde estão localizadas favelas e outro para os setores que não estão em favelas. O gráfico mostra que a densidade próxima ao centro está próxima de 550 habitantes por hectare para a cidade como um todo. Para setores onde estão localizadas favelas a densidade é próxima a 700 habitantes por hectare. Como se pode depreender da leitura, as densidades em setores onde há favelas são mais altas do que as densidades onde não há favelas independentemente da distância em que estejam considerados. A partir de uma distância média de 10km do Centro as densidades nos setores onde não há favelas cai bastante.

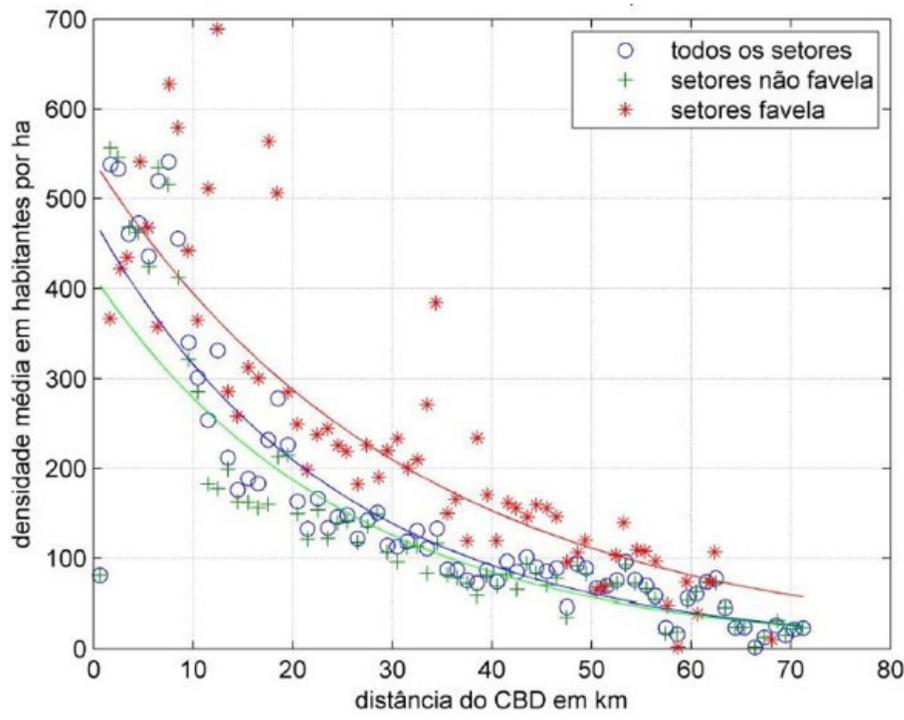


Figura 1: Gradiente de densidade para a RMRJ

A Figura 2 mostra os números absolutos de habitantes vivendo a determinadas distâncias do Centro do Rio de Janeiro (Praça Mauá). Em azul estão marcadas as populações em todos os setores. Em verde a diferença entre a população medida no Censo 2010 e a medida do Censo 2000 para os setores onde não se encontram favelas e em vermelho a mesma operação para os setores onde se localizam favelas. A figura mostra que a maior parte do que há de adensamento em regiões próximas ao Centro está em favelas. Inequivocadamente, o crescimento populacional em setores da cidade regular se dá a partir da distância de 15km do Centro.

Com isso podemos dizer que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro apresenta as duas formas de crescimento, mas o adensamento de áreas próximas ao Centro se dá com perda de qualidade, posto que se encontra majoritariamente em favelas.

Para evitar a expansão da mancha urbana faz-se necessário considerar a de acordo com as diretrizes do que se costuma chamar de TOD (Transit Oriented Development - Desenvolvimento Orientado ao Transporte Público).

A reorganização do espaço é uma das poucas coisas capazes de aumentar o bemestar das pessoas e da sociedade sem a necessidade do aumento de produtividade nos processos de uso e transformação de recursos econômicos. A produção de adensamento com qualidade não aumenta os custos de construção. O entorno de estações de trem e metrô costumam ser localizações privilegiadas para a implantação de projetos que seguem a linha do TOD.

O Banco Mundial, para efeito de padronização de suas políticas, define o Desenvolvimento Orientado ao Transporte Público como sendo:

uma estratégia de planejamento e desenho que focaliza em criar padrões de desenvolvimento urbano que facilitam o uso do transporte público, caminhar e andar de bicicleta como modos de transporte principais e que produz comunidades vibrantes, diversas e habitáveis. Isto é conquistado pela concentração de densidades urbanas, vizinhanças e atividades em um entorno a de 5 a 10 minutos de distância a pé das estações de meios de transporte de massa velozes (tanto baseados em ônibus como trilhos), desenvolvendo espaços urbanos de qualidade e providenciando acesso conveniente e eficiente a uma mistura diversa de usos fundiários.

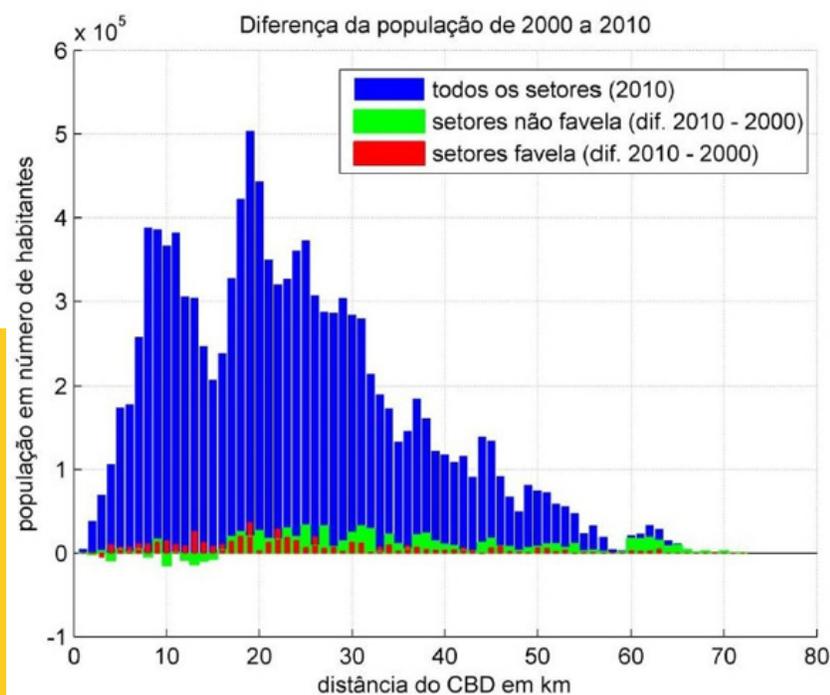


Figura 2: Diferença da população entre 2010 e 2000 na RMRJ

Como dissemos, os entornos de estações de meios de transporte de alta capacidade, como trens e metrô, são espaços privilegiados para a implantação de intervenções urbanas compatíveis com o TOD. Ocorre que no município do Rio de Janeiro e sua região metropolitana os sistemas de trem e metrô operam abaixo de sua capacidade e a ocupação ao longo das linhas a partir de certa distância do centro da cidade é bastante esparsa. Uma vez que existem densidades mínimas compatíveis com a operação eficiente desse tipo de sistema, faz-se necessário incentivar o aumento da densidade média ao longo das linhas e especialmente no entorno das estações. De acordo com indicadores de suporte de infraestrutura, a manutenção sustentável se um serviço de ônibus é de 100 habitantes por hectare, enquanto que a de um metrô é de 480 habitantes por hectare.

A Figura 3 mostra uma parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro com estações de trem e metrô sobrepostas à densidade em habitantes por hectare encontrada em cada setor censitário. Como podemos observar, os dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010 mostram, entretanto, que ao longo do percurso das linhas de trem e metrô do Rio de Janeiro e especificamente no entorno de estações, com exceção das áreas majoritariamente habitacionais do Centro, Zona Sul e Grande Tijuca, a densidade populacional de residentes não chega aos 480 habitantes por hectare.

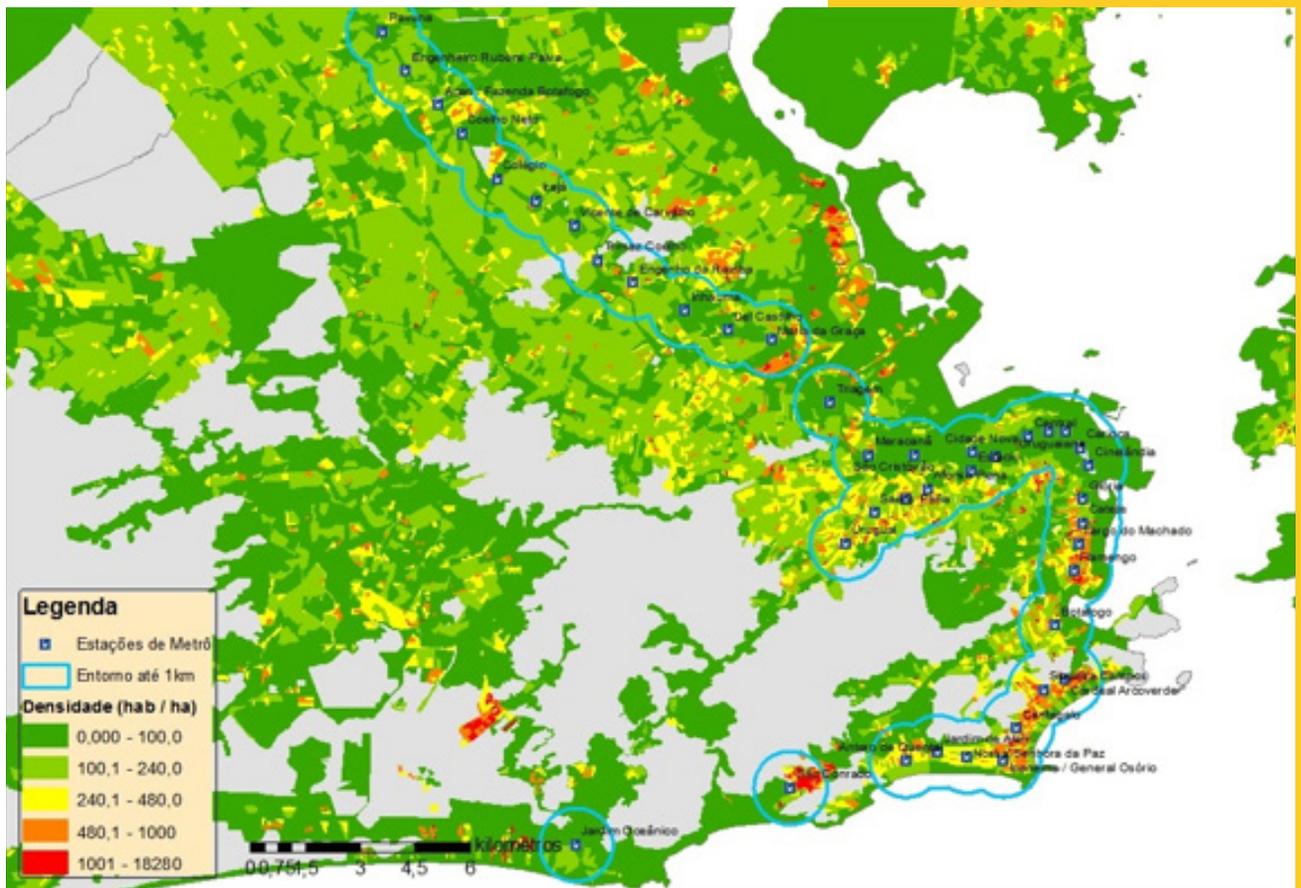


Figura 3: Densidades brutas calculadas para a RMR

A Figura 4 mostra o entorno das estações da Linha 2 do Metrô. As linhas azuis indicam o entorno das estações até 1km de distância. Costuma-se utilizar a distância de 1km como marco comparativo porque uma pessoa caminhando a aproximadamente 4km/h leva em torno de 15 minutos para chegar à estação.

Como se pode notar, a densidade média por setor ao longo de toda a Linha 2, em sua maior parte, está situada dentro da faixa de 100 a 240 hab/ha. Em poucos lugares a densidade ultrapassa essa faixa e em outros está mesmo abaixo dos 100 hab/ha que tornariam eficiente um serviço de ônibus. De fato, a composição típica do tecido urbano nessa parte da cidade é a habitação unifamiliar, com baixa densidade e terrenos pequenos e alongados.

A Figura 6 apresenta uma ortofoto (imagem de satélite) do entorno das estações Colégio, Irajá e Vicente de Carvalho com marcações em azul indicando a distância de 1km a partir do centro de cada estação. O entorno dessas três estações apresenta certas características que queremos destacar aqui. Ela pode ser comparada com a Figura 5, que mostra aproximadamente a mesma extensão em termos de densidade como medida pelo Censo de 2010.

A característica mais notável da Figura 6 é quase total ausência de prédios residenciais altos no entorno das estações. De fato, a densidade residencial, como evidenciada pelo mapa da Figura 5 está entre 0 e 280 hab/ha na maior parte da extensão. Os únicos lugares onde a densidade está na faixa acima dos 480 hab/ha, como se pode avaliar comparando a ortofoto, são setores censitários formados por favelas ou “aglomerados subnormais” na linguagem do IBGE. Os setores em amarelo (faixa entre 200 e 480 hab/ha) geralmente são compostos pelos poucos conjuntos habitacionais encontrados.

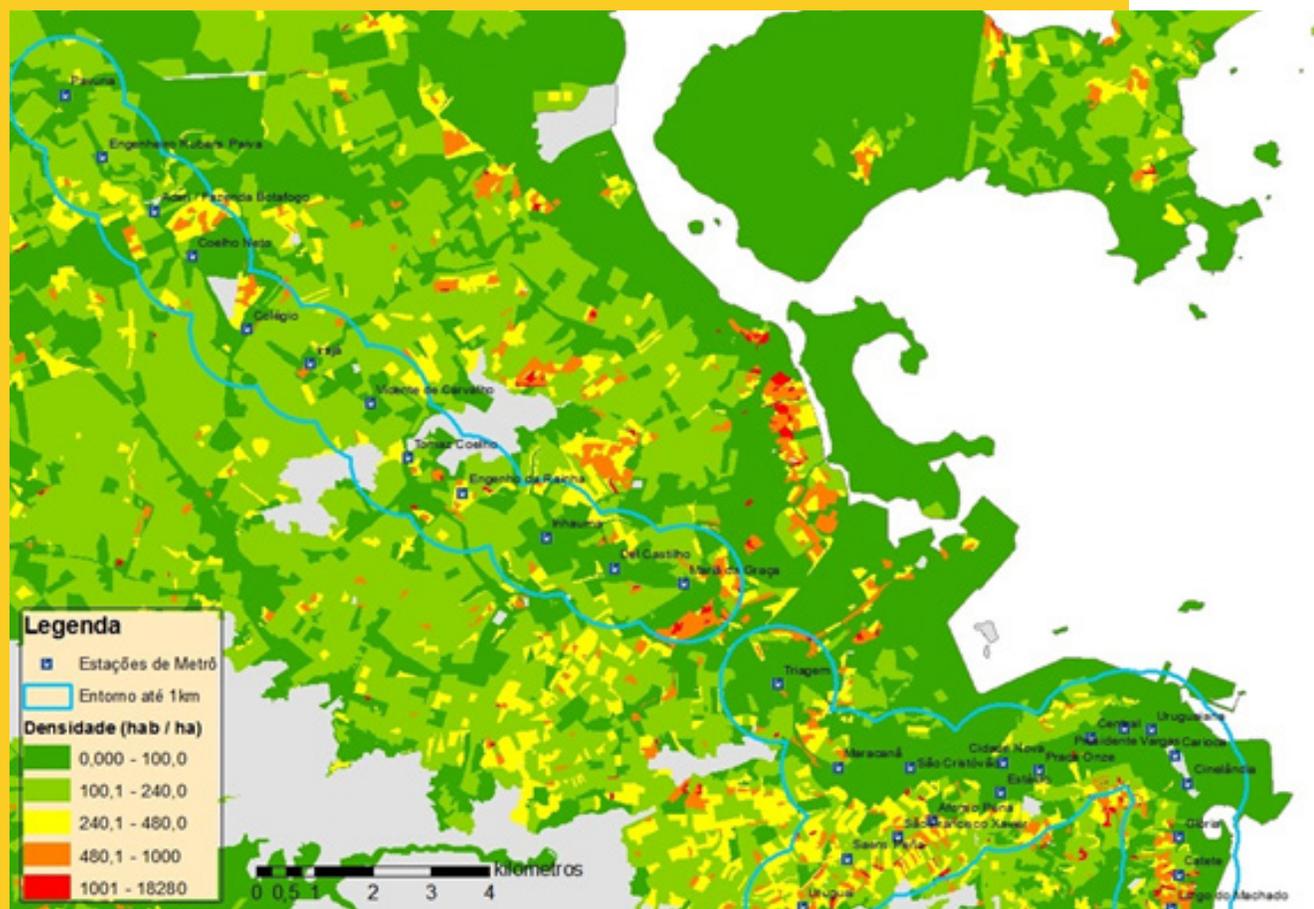


Figura 4: Densidades nas proximidades da Linha 2 do Metrô

É possível notar também a presença generalizada de favelas nas partes baixas dos morros próximos às estações. Então, o que temos aí é uma linha de transporte de alta capacidade subutilizada, cercada de habitações unifamiliares de baixa densidade e favelas. A Linha 2 do metrô já existe há 40 anos e uma situação em que o mercado fundiário por si só não deu conta de promover um uso mais eficiente da terra. Acredito que a cidade ganharia se pudesse melhorar o aspecto do conforto e acessibilidade das estações, aumentando a densidade do entorno com qualidade para melhor aproveitar a linha de transporte e estabelecer ativamente polos geradores de viagens longe da área central já congestionada. Escolhas óbvias para esses polos seriam equipamentos de saúde, escolas e centros de compras.

Levantamos, portanto, a hipótese de que a conformação de um tecido urbano antigo somada à ausência de pontos focais geradores de viagens estejam a prejudicar o desenvolvimento de uma forma mais compacta de cidade.

O redesenvolvimento da terra a partir de uma forma subótima e obsoleta para o seu uso melhor e mais valioso pode ser criador de riqueza tanto para o proprietário quanto para a sociedade. Na maior parte dos projetos de revitalização os proprietários se recusam a transferir a propriedade à agência de desenvolvimento por terem preferências diferentes ou por estarem em desacordo quanto à distribuição dos incrementos do valor da terra. 3 Pelo fato de que os benefícios potenciais da renovação urbana não podem ser completamente realizados, a não ser que terrenos fragmentados sejam reunidos e reparcelados, a falta de cooperação por parte de poucos proprietários pode atrapalhar todo o processo de reajuste de terras.



Figura 5: Densidades próximas a estações da Linha 2 do metrô

O tamanho do lote é um dos determinantes do valor da terra. O estabelecimento dos limites baseia-se na subdivisão de toda a superfície na escala do bairro. A subdivisão geralmente foi guiada por forças de mercado e restrições legais (regulação) prevaescentes à época do parcelamento original. Uma vez que as divisas são fixadas, estas permanecem por um longo período. As condições do mercado e a regulação (zoneamento) mudam com o tempo. Quando essas condições mudam, as divisões históricas das quadras devem ser alteradas para que possam favorecer o melhor uso do solo. Este procedimento pode necessitar envolver a consolidação de vários locais, na escala do bairro, ou ao menos, na de um grupo de quadras.

Para compreendermos melhor as questões econômicas envolvidas em um processo de reajuste de terras, lançamos mão de um modelo simples:

Imagine que há dois lotes A e B idênticos e adjacentes. Devido à subdivisão e ao zoneamento antigos, ambos foram utilizados para desenvolvimento residencial. Foram construídas duas casas destacadas uma no centro de cada lote. Se a população do bairro cresce, existem duas alternativas para acomodar esse crescimento: ou se promove o adensamento da região, aumentando o número de habitantes por hectare ou a densidade permanece como está e o crescimento é acomodado por migração. Uma vez que a demanda por moradias no local é crescente, uma via institucional para evitar a migração seria permitir o aumento da ocupação do solo. Sob a nova lei de zoneamento, cada lote é muito pequeno para acomodar duas casas, mas o reparcelamento dos lotes em um único lote acomoda três casas. Assim, é possível capitalizar o valor adicional que surge pela criação de renda fundiária possibilitada pela nova condição institucional. O valor dos lotes combinados

é maior do que a soma dos valores de cada lote tomado isoladamente. Aparentemente, combinar os dois lotes em um aumentaria o bem-estar tanto para os proprietários dos lotes como para a sociedade como um todo.

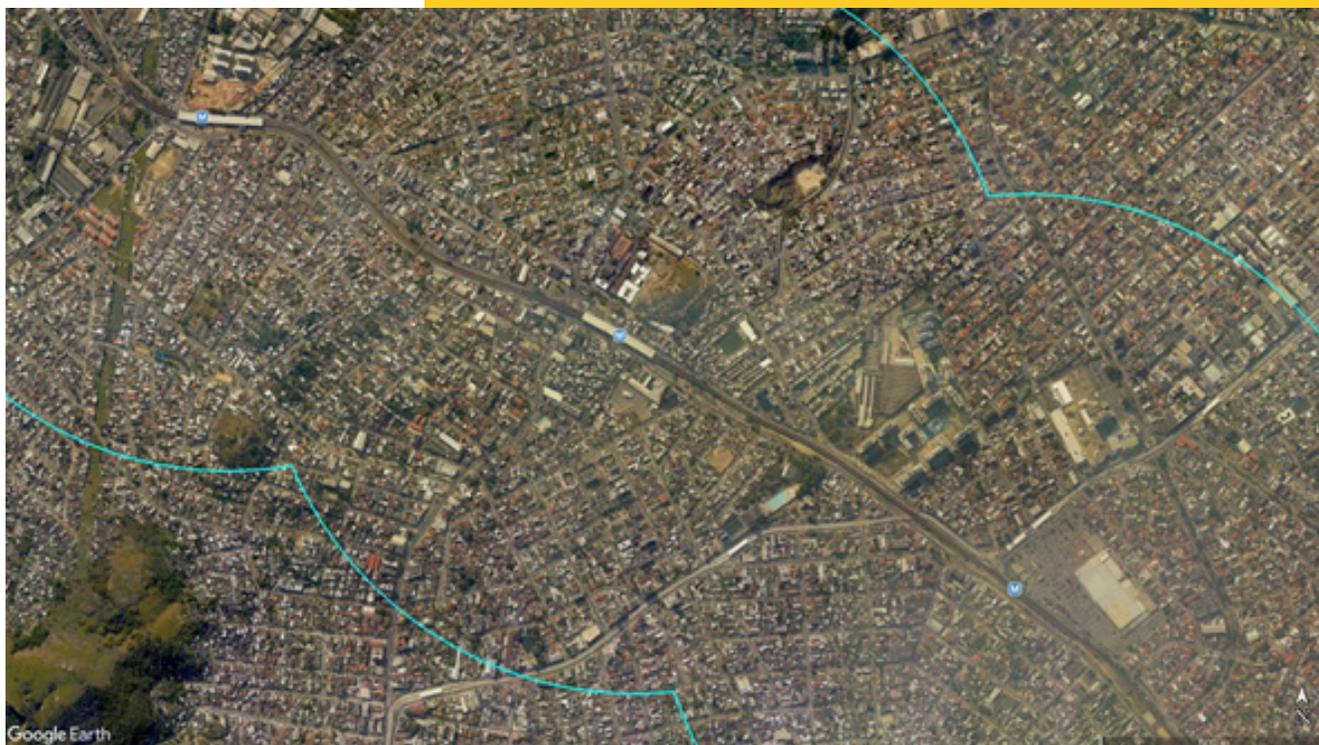


Figura 6: Foto de satélite apresentando o entorno de estações do metrô

Num mundo ideal, no qual não há custos de transação, os dois proprietários estariam dispostos a se envolver em trocas voluntárias para realizar potenciais ganhos com o re-desenvolvimento da terra. Acontece que sempre existem custos de transação. Tipicamente, os custos de transação envolvidos são relacionados à identificação dos agentes, determinação do valor da transação, garantia do cumprimento de contratos e atenção às exigências da regulação. Desde que esses custos sejam baixos, não importa se o dono do Lote A compra o Lote B ou vice versa, pois o nível de incremento de valor gerado pelo projeto permanece o mesmo. Particularmente relevantes para a reunião de terrenos são os custos de delimitar e revelar o valor da terra reunida.

Esse modelo simples ajuda, então, no entendimento da lógica do reajuste de terras. O parcelamento antigo não favorece o adensamento, seja porque os lotes são muito pequenos, seja porque não possuem o desenho adequado. Um novo parcelamento é proposto a partir de um master plan com uma redefinição dos coeficientes de ocupação básicos. Os terrenos então são reparcelados com a intenção de buscar um melhor uso e ocupação e produzir sinergia com o sistema de transportes.

Existem diversas formas institucionais de reajuste de terras praticadas em vários países no mundo. Idealmente, o reajuste de terras funciona como facilitador da “troca de propriedade instigada”.

Um problema que tipicamente surge quando da necessidade de reunir mais de um lote para um empreendimento novo é que um ou mais proprietários (geralmente aqueles que não necessitam de fundos financeiros em um prazo curto), esperam que os lotes vizinhos sejam comprados para se colocar numa posição em que possuem maior poder de barganha na eventual venda do lote. Na “troca de propriedade instigada” terra é trocada por terra ou por direitos imobiliários. A ideia é criar condições institucionais para que proprietários sejam incentivados a participar do negócio imobiliário voluntariamente, evitando que alguns deles “segurem” seus terrenos, inviabilizando o projeto e dispensando com a necessidade de promover a desapropriação do lote pelo Poder Público.

Os métodos convencionais de reunião de lotes, a troca voluntária é negociada diretamente entre o desenvolvedor e os donos de lotes individualmente. No reajuste de terras as negociações se dão de forma coletiva, organizadas por uma agência de reajuste de terras, que pode ser uma entidade pública ou privada, com todas as partes interessadas, evitando que os custos de negociação sejam todos pagos às custas do desenvolvedor.

Os incrementos da renda fundiária socialmente criados devem ser recuperados para fins de financiar parcial ou integralmente o processo de desenvolvimento físico da revitalização, pagamento dos custos da instalação de infraestrutura e amenidades públicas essenciais e mitigar o processo de gentrificação que geralmente acompanha esse tipo de intervenção e também financiar o trabalho da agência de desenvolvimento.

Na ausência de uma lei específica para o reparcelamento do solo, pode-se empregar uma sucessão de outros institutos previstos na legislação. Um projeto de lei específica, entretanto, já se encontra em tramitação no Senado.

Retornando à nossa questão inicial: para onde deve crescer o Rio de Janeiro? Vimos que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro apresentou na década de 2000 uma forte tendência ao crescimento para direções afastadas do centro tradicional da cidade sede do Município do Rio de Janeiro. O próximo Censo Demográfico de 2020 poderá ou não confirmar essa tendência, ainda que minha aposta seja na dispersão ao longo da última década também.

Se desejamos uma cidade mais eficiente é necessário que tomemos ações para promover adensamento habitacional próximo de linhas de transporte de alta capacidade, especialmente sabendo que elas estão funcionando com capacidade ociosa, e promover a descentralização de postos de trabalho na cidade. A concentração de postos de trabalho próximos ao Centro do Rio de Janeiro faz com que grande parte das viagens originadas em toda a extensão da Região Metropolitana seja feita pendularmente em direção ao Centro e de volta, que visem a melhorar a microacessibilidade (enterrando a linha próximo às estações, por exemplo) e o poder público deve induzir o surgimento de equipamentos públicos, como escolas e centros de saúde, para promover novos polos geradores de viagens que tornem a localidade interessante e atraiam para próximo de si mais moradores.

Para isso, o aumento de densidade tem que ser induzido ativamente, uma vez que o mercado por si só não conseguiu transformar essas áreas nas últimas décadas.

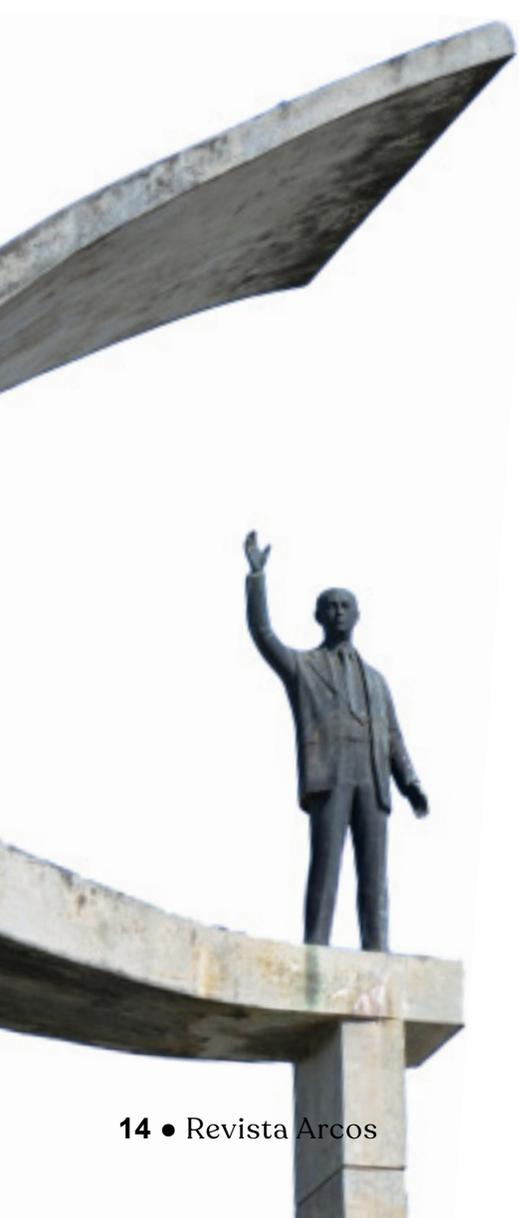
A proposição de uma nova lei de ocupação e uso do solo contemplando esses aspectos é uma oportunidade que não deve ser perdida se queremos promover o desenvolvimento de uma cidade mais eficiente, justa e com melhor qualidade urbanística.

O RETORNO DA VELHACAP:

CAUSAS DA CRISE DA REGIÃO FLUMINENSE E A PROPOSTA DE UM
SEGUNDO DISTRITO FEDERAL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Christian Edward Cyril Lynch

Rio de Janeiro, um problema nacional.



No auge da euforia do segundo mandato do presidente Lula, em 2009, a revista inglesa *The Economist* estampou na capa de um de seus números a célebre imagem do Rio de Janeiro visto do alto do Corcovado, com a estátua do Cristo Redentor em primeiro plano, levantando voo como um foguete: era o Brasil que “decolava”, afinal. Quatro anos depois, quando já se prenunciavam os sinais da crise econômica que se avizinhava, a revista repetiu a imagem do Rio de Janeiro, com o Cristo em primeiro plano. Agora a estátua se comportava como um foguete avariado: teria o Brasil “estragado tudo”?

Em um longo casamento de quase dois séculos com a nacionalidade, o Rio de Janeiro tem servido ao Brasil como seu maior símbolo em todas as circunstâncias: na alegria e na tristeza, na saúde e na doença. É sua principal cidade turística; a segunda em renda e população; seu principal polo universitário e de ciência e tecnologia. Por isso, tem sido sempre escolhida como “sala de visitas” do país nos mais importantes eventos internacionais por ele sediados, como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO 92), em 1992; os Jogos Pan-Americanos, em 2007; a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20), em 2012; foi sede do comitê organizador da Copa do Mundo de 2014, abrigando a partida final e a cerimônia de encerramento; por fim, os Jogos Olímpicos de 2016.

Mas nem tudo é felicidade na sala de visitas da Nação. Sua beleza não esconde a decadência de sua mobília, nem as rachaduras da vitrine. Desde a década de 1980, a cidade passou a se notabilizar pelos arrastões nas praias e vias expressas, equipamentos públicos sucateados, favelização descontrolada, insegurança pública; domínio territorial de comunidades carentes pelo tráfico de drogas; esvaziamento provocado pela transferência de órgãos públicos para Brasília e a fuga de importantes empresas para São Paulo. Atualmente, é no Rio de Janeiro que a mais grave crise política, econômica, social e fiscal da história do Brasil revela seus contornos mais dramáticos. A cidade acaba de ser objeto de nova reportagem da revista *The Economist*, alusiva ao longo declínio por ela atravessado, e que os jogos olímpicos não teriam sido capazes de reverter. Depois de dezenas de intervenções federais oficiosas na saúde e na segurança pública, em 2019 houve uma intervenção federal formal decretada pelo governo federal. E pensar que era do Rio de Janeiro que, no passado, decretavam-se as intervenções federais nos Estados!...

Tais considerações se fazem necessárias diante dos estreitos limites por que o debate atinente à crise fluminense vem sendo tratado pelo governo federal. Os sucessivos governos federais sustentam que o Rio precisa ser tratado como “um estado como outro qualquer”. Aos seus olhos, cuida-se tão somente de uma crise fiscal, que será resolvida pela venda de uma estatal, a suspensão de algumas dívidas e a contratação de outras. A verdade, porém, é outra. O estado apresenta uma crise específica, muito mais profunda e duradoura. Suas causas são históricas e não apenas econômicas, mas também políticas. Conforme referido, o Estado do Rio criado em 1975 sofre intervenções federais na saúde e na segurança quase que o tempo inteiro desde que nasceu. Se pretendemos compreender por que o Rio parece enfiado em uma crise crônica e não pontual, incapaz de comportar-se como “um estado como outro qualquer”, é preciso ir fundo na questão: o que deu errado? Quais as causas desse declínio? Ele é reversível? Que saídas políticas definitivas podem ser pensadas para reverter esse quadro?

É o que o presente artigo pretende discutir. A situação do Rio de Janeiro interessa a todo o Brasil. Na condição de vitrine da nacionalidade, tudo o que nela se passa ecoa no restante do país e afeta sua imagem no mundo. Se Brasília é hoje a capital federal, entendida como um espaço neutro em relação ao conjunto de estados que compõem a União, o Rio segue sendo percebida como a única capital nacional do Brasil. Não está identificada com uma parte ou região do país, perfeitamente definida em sua identidade, como São Paulo, Porto Alegre, Belém ou Recife. Também não se limita à condição de campo neutro entre elas, como Brasília. Trata-se, diversamente, de um lugar onde aquelas partes se reúnem para produzir uma unidade, na forma de uma síntese do conjunto. Por esse motivo, sua crise específica não se limita a um problema estadual ou municipal. Trata-se do problema nacional fluminense e, como tal, será tratado aqui.

O problema fundamental do Rio de Janeiro, que o impede de comportar-se como os outros estados da federação, é que ele não é “um estado como outro qualquer”. Ele tem uma história e uma cultura política muito particulares, que tornam seu funcionamento mais complexo e problemático, fato que ajuda a explicar sua decadência econômica e política.

1. DE DISTRITO FEDERAL A SIMPLES MUNICÍPIO: O FRACASSO DA MUDANÇA DE STATUS FEDERATIVO (1955-1975)

Rio de Janeiro, capital federal

Existe uma lenda, inventada pelos defensores da mudança da capital para Goiás, durante o governo Juscelino Kubitschek, segundo a qual o Rio seria uma espécie de capital do Brasil provisória, encarregada de guardar o tesouro do governo nacional, enquanto não se erigisse a capital verdadeira e definitiva. De acordo com essa narrativa fantástica, porque vista em sonhos por beatos estrangeiros ou cogitada a cada 50 anos por um ou outro político ou historiador isolado, Brasília teria supostamente existido em potência cerca de dois séculos antes que ela existisse de fato. Seu “espírito” teria somente aguardado o momento em que o herói destinado pela Providência – Juscelino – nascesse para cumprir o seu destino e construí-la. A verdade é que o Rio de Janeiro era uma capital nacional plena, e como tal foi tratada pelo Brasil e por seus governos. Durante o Império, a mudança da capital jamais foi levada a sério por nenhum gabinete da monarquia; nem nunca foi mencionada em qualquer Fala do Trono. O fato de que as constituições republicanas de 1891 e 1934 previssem liricamente a mudança da capital pouco ou nada significava de concreto. As constituintes só serviam para que as oligarquias estaduais manifestassem seu desejo demofóbico de subtrair o governo federal às injunções da única metrópole brasileira daquele tempo, pondo-a a salvo em um ponto diante, “neutro” e “seguro”. Mas os muxoxos oligárquicos não eram levados a sério.

Quinze presidências de três regimes sucessivos os ignoraram solenemente. A Primeira República investiu pesadamente na organização da antiga Corte tendo em vista sua condição de capital do Brasil. Os palácios do Itamaraty e do Catete foram comprados para servirem à Presidência, respectivamente, em 1890 e 1897, quando o primeiro passou a sediar o Ministério das Relações Exteriores. O novo palácio do Supremo Tribunal Federal foi inaugurado na Avenida Rio Branco recém construída em 1909; o Palácio Guanabara, antiga residência da princesa Isabel, foi reformado para se converter em residência presidencial, em 1922. O Legislativo também recebeu novas acomodações: o Palácio Monroe foi luxuosamente adaptado para servir ao Senado Federal, em 1925; no ano seguinte, a Câmara dos Deputados inaugurou sua nova sede, o o Palácio Tiradentes. A reforma do Itamaraty, com a construção do monumental edifício da Mapoteca, se concluiu em 1930. Isto sem falar nos investimentos na reforma ou

construção de outras repartições e equipamentos culturais como o Museu Nacional (1892), o Silogeu Brasileiro, sede do Instituto Histórico e Geográfico e da Academia Brasileira de Letras (1905); a Escola Nacional de Belas Artes (1908), a Biblioteca Nacional (1910), o Museu Histórico Nacional (1922) e o Banco do Brasil (1926).

Ao longo das décadas de 1930 e 1940, o investimento na capitalidade do Rio de Janeiro republicano continuou célere. O eclipse do sistema oligárquico-federativo em 1937 levou o nacionalismo do Estado Novo a suprimir o dispositivo mudancista em sua nova Constituição. Getúlio Vargas decidiu transformar a Esplanada do Castelo em bairro ministerial. Fez concursos de arquitetura para construir os novos palácios destinados a abrigar os ministérios do Trabalho, da Aeronáutica, da Fazenda e da Educação – este, símbolo primeiro da arquitetura modernista no Brasil. O Palácio das Laranjeiras foi adquirido para servir de residência a visitas estrangeiras ilustres em 1947 e logo se tornou residência oficial. Tudo isso foi feito com ânimo definitivo por quem acreditava que o Rio de Janeiro era a capital definitiva do Brasil. Os palácios ministeriais e as sedes das mais importantes repartições federais estavam estalando de novos, quando Juscelino tirou da cartola a ideia de abandoná-los para recomeçar a construí-los pelo sertão de Goiás.



A MUDANÇA DA CAPITAL E A ILUSÃO DA AUTOSSUFICIÊNCIA

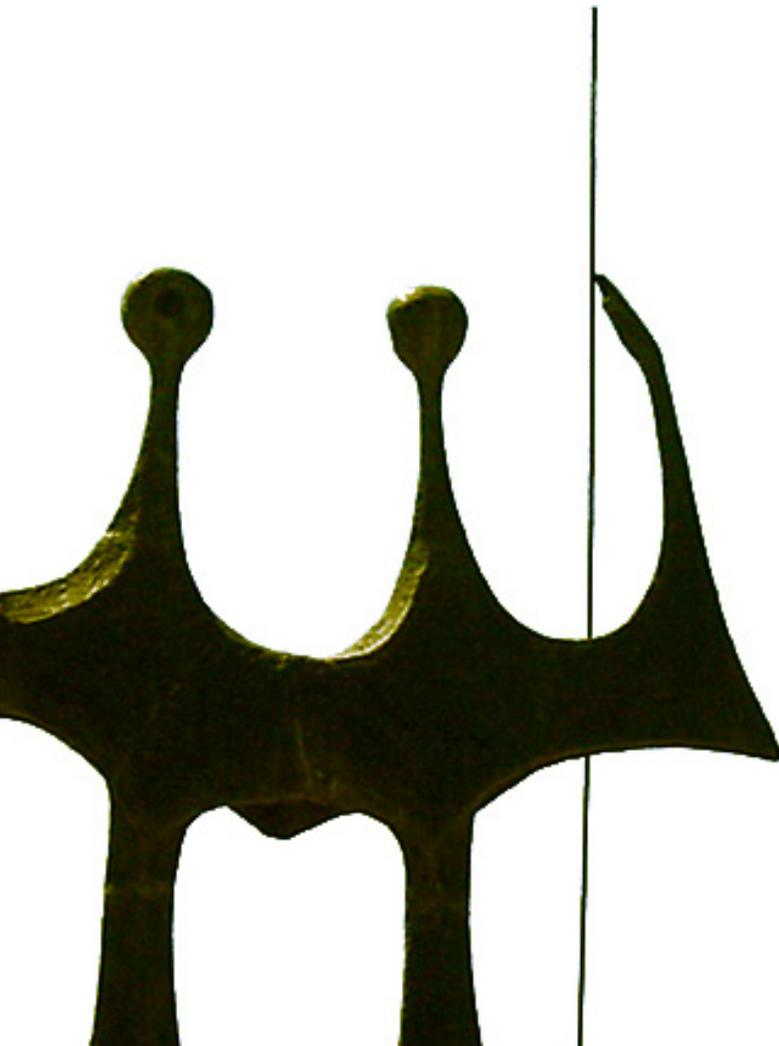
A obsessão federalista de mudança da capital, esquecida pelo nacionalismo do Estado Novo, foi lembrada na Constituinte de 1946 por Arthur Bernardes, velho oligarca da Primeira República hostilizado durante seu mandato presidencial pela população carioca. A ideia voltara depois ao costumeiro banho-maria quando resgatada por Juscelino Kubitschek, do Partido Social Democrático (PSD). Ele calculava que a mudança da capital poderia lhe atrair a simpatia dos estados do Norte e do Centro-Oeste, além de consolidar sua posição em Minas. Para conquistar o eleitorado de São Paulo, onde sua votação havia sido pouco expressiva, Juscelino acenava com a criação do primeiro polo metalomecânico do Brasil, no ABC. Preferiu investir, portanto, fora do Rio, cuja cultura “populista” propendia a polarização entre a esquerda trabalhista e a direita udenista e seu partido, que era o mais oligárquico e tradicional dos três, nunca gozara de “grande densidade eleitoral, sempre tendo que disputar espaço com uma miríade de pequenos partidos, alguns mais e outros nem um pouco relevantes”.

Para convencer o mundo político e a sociedade brasileira da necessidade da mudança, Juscelino angariou uma rede de propagandistas. Alguns argumentos, como a necessidade de desenvolver o interior do país, visavam a angariar prosélitos à sua esquerda, junto ao nacionalista Partido Trabalhista Brasileiro. Outros eram de natureza geopolítica: levar a capital para um lugar mais seguro em caso de guerra. Este era um argumento destinado a convencer os militares, sem o qual nada era possível (o “partido militar”). As razões mais profundas, porém, eram as mesmas de sempre e calavam fundo no seu próprio partido, o conservador Partido Social Democrático: era preciso subtrair o governo federal da pressão do “populismo” da capital federal, ao qual Juscelino, político mineiro e afeito aos métodos tradicionais, tinha verdadeira alergia. Um jovem diplomata encarregado pelo governo Juscelino de fazer a defesa da mudança argumentava em 1958:

Uma grande cidade, com suas influências, suas paixões, os exageros de uma imprensa por vezes leviana e os perigos constantes que podem surgir de uma população mestiça, altamente emotiva, num ambiente irritante de estufa, não parece ser a sede mais indicada para uma administração eficiente, capaz de se exercer com âmbito nacional.

Dos grandes partidos, apenas o favorito da classe média urbana oposicionista, a União Democrática Nacional (UDN), torceu o nariz para a ideia. Mas deixou o barco seguir viagem, na esperança de que ele adernasse, e com ele, o timoneiro. A torcida do “quanto pior melhor” acabou servindo também de incentivo para não obstar a medida.

No nível do antigo Distrito Federal, parece também não ter havido grande resistência à ideia. Por quê? Em primeiro lugar, os políticos cariocas estavam mais preocupados com a autonomia do então Distrito Federal, cujos governantes eram desde 1891 nomeados pelo Presidente da República e cujos vereadores eram tutelados pelo Senado Federal. Para o grosso da opinião pública, a mudança não se efetivaria e, caso se efetivasse, além de lenta, nunca seria definitiva. Seria impossível que órgãos que dependiam da interação com a sociedade civil e o mercado, como bancos estatais, comissões mobiliárias, bibliotecas e museus de arte e história, sobrevivessem em Brasília. Na condição de principal, mais rica e populosa cidade do país, “coração do Brasil”, o Rio de Janeiro continuaria como capital de fato. Além disso, naqueles anos de euforia, ninguém imaginava que a cidade fosse dependente da presença federal na escala que se revelou depois. Havia difusa a per-



cepção de que o Rio era tão autossuficiente que permaneceria em relação a Brasília como Nova York em relação a Washington. Por isso mesmo, a Lei San Tiago Dantas (3.752/1960), que determinou a conversão do antigo Distrito Federal em Estado da Guanabara, suprimiu o subsídio federal que contribuía para o sustento dos órgãos de justiça e segurança pública e mandou que o Estado da Guanabara passasse a arcar sozinho com toda a despesa. O governo federal também não previu à cidade do Rio de Janeiro qualquer espécie de indenização, nem simbólica nem financeira, pelo golpe mortal que lhe vibrava.

Da mesma maneira que é um erro acreditar no providencialismo da propaganda mudancista, segundo a qual o Rio teria sido uma capital provisória durante mais de duzentos anos, esperando pacientemente a materialização de Brasília, também é erro supor que a cidade teria deixado de sediar o poder federal no dia 21 de abril de 1960. Conforme o previsto, a nova Cidade-Estado passou a fazer as vezes de distrito federal oficioso, ao lado do oficial, transferido para Goiás. Eram duas capitais e assim, imaginava-se, continuaria a ser.

Durante os governos Jânio Quadros e João Goulart, o ritmo da transferência da capital foi quase paralisado. A política democrática que se disseminava entre os novos políticos udenistas e petebistas exigia a presença das massas, e isto era precisamente o que não havia na nova capital. A grande imprensa do Rio e de São Paulo e nomes de destaque da vida nacional defendiam, abertamente, o retorno da capital para o Rio de Janeiro. A perspectiva da eleição presidencial de 1965 também era pouco auspiciosa. Juscelino enfrentaria Leonel Brizola (PTB) e Carlos Lacerda (UDN), líderes populares sem interesse no projeto de Brasília. Mesmo Juscelino teria dificuldade em consolidar a cidade, tendo em vista o dramático cenário econômico marcado por uma inflação galopante e que era devido, em grande medida, à execução atabalhoada e improvisada do seu Plano de Metas – e sobretudo à construção de Brasília, sua “meta-síntese”.

O resultado foi que, na prática, o Brasil continuou governado do antigo Distrito Federal, tornado oficialmente Estado da Guanabara, sede formal e real do BNDE e real do Banco do Brasil e do Banco Central. Por isso, quando eclodiu o movimento militar de abril de 1964, as tropas do General Mourão não se dirigiram para Brasília, mas para o Rio. Quatro anos depois, a reunião ministerial de que resultou a edição do sinistro Ato Institucional nº 5 pelo General Costa e Silva não teve lugar no Palácio do Planalto, mas no das Laranjeiras. Daí que a célebre previsão do tempo publicada no dia seguinte pelo Jornal do Brasil, alusiva ao evento, referia-se à temperatura política nas duas capitais: “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máxima de 38°C em Brasília. Mínima de 5°C nas Laranjeiras”.

Entretanto, com a supressão do regime democrático e a cassação de suas principais lideranças “populistas”, o projeto periclitante de Brasília ganhou uma aliada inesperada: a ditadura militar. Orientada por uma mentalidade autoritária e tecnocrática, que impunha uma redistribuição do espaço territorial brasileiro a partir de um centro decisório insulado por razões de “segurança nacional”, a ditadura decidiu investir pesadamente na transferência da administração para Goiás. O artigo 183 da Constituição de 1967, enviado ao Congresso para mera chancela, determinava que, dentro de seis meses, o governo lhe enviaria “projeto de lei regulando a complementação da mudança, para a Capital da União, dos órgãos federais que ainda permaneçam no Estado da Guanabara”. Com a promulgação da Lei nº 5.363/1967, assinada pelo General Costa e Silva, a maior parte dos novos edifícios ministeriais brasilienses começou a ser construída a toque de caixa. A decisão coincidia com o recrudescimento da contestação ao regime pela sociedade civil e pela guerrilha urbana, cujo evento emblemático o episódio do sequestro do embaixador americano, na saída de sua residência, em Botafogo, em 1969. Eventos como aqueles só reforçavam o desejo do governo de providenciar a saída do Rio de Janeiro o mais rápido possível, na busca do máximo de isolamento social. O milagre econômico aliado ao autoritarismo político criava o ambiente propício para que a mudança se processasse sem protestos e em uma velocidade de deixar o próprio Juscelino pasmado.

Assim, Brasília se consolidou justamente no governo Médici, época do apogeu da repressão, do milagre econômico e da desconfiança crônica com a sociedade brasileira: o Ministério das Relações Exteriores deixou a Guanabara em 1970; os Ministérios da Fazenda e do Exército, assim como o Tribunal Superior do Trabalho, em 1971; o Ministério da Justiça e o Superior Tribunal Militar, em 1972. A primeira reunião do Banco Central em Brasília se daria em 1970, embora a nova sede só ficasse pronta em 1981. Começou então a remoção de órgãos da administração indireta, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), que resistiu no Rio até 1975, e o Instituto Rio Branco, até 1976.

A FUSÃO DA GUANABARA COM O ANTIGO ESTADO DO RIO: UM ATO IMPERIAL

Mas a ditadura militar não se satisfaz em esvaziar a Guanabara dos centros decisórios do poder. Como vimos, com o golpe militar a “ex-capital da República, sua polarização ideológica e sua influência sobre a política nacional tornaram-se alvos preferenciais de intervenção do novo regime autoritário”. Durante o governo Médici, o esforço passou a girar em torno dos meios de despir a Guanabara de sua cultura de capital a fim de enquadrá-la em uma lógica “estadualista”. Daí a relação ambígua mantida com Chagas Freitas, governador que, embora pertencesse ao MDB, era considerado colaborador pelo regime preocupado em impedir o retorno da oposição “populista”.

Sob o governo Geisel, a ditadura resolveu dar um passo além. Preocupados com a influência excessiva de São Paulo no conjunto da federação, os mandarins do regime entenderam ser necessário mobilizar a máquina da União para fortalecer os estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, a fim de servir-lhes de contrapeso. Em consonância com esse pensamento, o II Plano Nacional de Desenvolvimento deliberou criar em Belo Horizonte um segundo polo metalomecânico capaz de rivalizar com o de São Paulo. Ao Rio de Janeiro seria destinada a missão de sediar indústrias novas e atividades tecnológicas de ponta, como a nuclear. A estratégia geopolítica da segurança nacional exigia, porém, uma medida preliminar: a

eliminação do estado da Guanabara. O general Geisel e seu círculo íntimo, encabeçado por Golbery do Couto e Silva, consideravam a Cidade-estado uma “aberração” no quadro federativo. Argumentava-se que a Guanabara era uma cabeça sem corpo, e o estado do Rio, um corpo sem cabeça. O depoimento é do próprio Geisel:

Isso já estava nas minhas cogitações antes de assumir a presidência da República. Já era um assunto que se analisava e desde então foi acertado. Depois se aprofundou o estudo. Golbery [do Couto e Silva], Heitor [Ferreira] e Petrônio [Portela] preparam a solução. Estudou-se como se tinha de fazer e preparou-se a legislação .

Praticamente ausente em 1960, em meio à euforia desenvolvimentista do governo JK e à ilusão de autossuficiência da cidade do Rio de Janeiro, o tema da decadência ou do esvaziamento já então dava o ar de sua desgraça. A Federação das Indústrias do Estado da Guanabara (FIEG) e o Centro Industrial do Rio de Janeiro (CIRJ) se manifestaram favoráveis à fusão. Cientes de que a Guanabara vinha sofrendo um esvaziamento econômico desde a transferência da capital, atribuíam-no, todavia, ao fato de que a Cidade-Estado carecia de um “espaço vital” para o consumo de seus produtos. Já a Associação Comercial e Industrial do antigo Estado do Rio se opunha à fusão, alegando que, se Niterói deixasse de ser a capital, as empresas fluminenses se transfeririam imediatamente para o Rio, repetindo em escala menor o que acontecera com a transferência do distrito federal para Goiás, aprofundando a decadência da velha província. O economista liberal Eugênio Gudín demonstrou longamente, pelas páginas dos jornais, o desastre que seria a fusão de um estado do Rio empobrecido com uma Guanabara já comalida. Ela não traria nenhum benefício ao primeiro e terminaria de esmagar a segunda .

A ideia da fusão entre a Guanabara e o antigo estado do Rio não era nova, mas sempre encontrara resistência e havia sido derrotada em ambiente de discussão democrática. O líder da oposição, o deputado Ulysses Guimarães, chamara a medida de “ato imperial” e se movimentou no sentido de consultar as populações afetadas. Mas, para a União Federal refeitelada em Brasília, tratava-se de caso encerrado: “Reclamam de eu não ter feito um plebiscito”, comentou Geisel. “Ia ser dispendioso e eu não pretendia mudar a minha opinião”. Imposta do alto, a fusão foi acertada pela lei complementar nº 20 de 1975. Para executá-la, Geisel escolheu um interventor militar, o Almirante Faria Lima, encarregado de não prestar contas a ninguém senão ele mesmo.

Em quinze anos, a cidade do Rio, de distrito federal, descera à condição de estado para terminar como “um município como outro qualquer”. Pela segunda vez, a União não indenizava a região fluminense pelas decisões que lhe impunham e comprometiam o seu futuro. Tal qual se passara com a criação do Estado da Guanabara, a lei complementar que regulou a fusão não concedeu qualquer compensação ou indenização a nenhum dos lados. Houve fartas promessas de investimentos, naturalmente descumpridas – fato que provocou um incidente entre Faria Lima e o então ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, que os levou quase à ruptura. Ao mesmo tempo, o governo federal prosseguia transferindo os órgãos da administração direta e indireta para Brasília.

Mas a política de esvaziamento do Rio passava também por desvalorizar e apagar os símbolos de sua “capitalidade”. A decisão de mandar demolir o Palácio Monroe, antiga sede do Senado Federal, foi tomada pessoalmente pelo general Geisel. A opinião pública se sentiu afrontada, porque o estado já o havia tombado e nada seria construído em seu lugar. Diversas associações e o próprio município, que nascera sem imóvel nenhum, solicitaram sua cessão. Tudo em vão: o venerando palácio foi posto abaixo, e seus objetos decorativos, vendidos a preço vil como ferro-velho. O mesmo destino teve o antigo edifício do Ministério da Agricultura, de grande solidez e em perfeito estado de conservação. Geisel também mandou demoli-lo, para que em seu lugar se construísse outra praça vazia. O projeto geopolítico da ditadura, de equilibrar o poder paulista pela criação de um novo Estado do Rio, foi tão mal-sucedido quanto aquele outro mais famoso, o da Transamazônica. É o que veremos a seguir.

UMA DECADÊNCIA CADA VEZ MENOS ELEGANTE

Há mais de vinte anos os estudiosos da história econômica do Rio de Janeiro vêm apontando para a existência de uma crise específica no estado, cuja causa eficiente teria sido a transferência da capital, seguida pela fusão sem indenizações ou compensações. Em primeiro lugar, era ilusória a ideia, difundida pelo governo JK, de que a cidade do Rio “tiraria de letra” a saída da administração federal. O Distrito Federal perdera a condição de nau capitânia da industrialização brasileira para o estado de São Paulo na década de 1920, mas mantivera a posição de sede da mais importante, rica e populosa cidade do Brasil. Foi precisamente quando Juscelino tirou da manga a ideia de transferi-lo para Brasília – nem antes, nem depois que a cidade de São Paulo ultrapassou o Rio de Janeiro como maior cidade do país. Foi assim um duplo golpe que JK desfechou sobre a velha capital: com uma mão, providenciou a retirada da administração federal; com a outra, ignorou a necessidade de compensá-la e mandou instalar os complexos metalomecânicos e eletroeletrônicos no ABC paulista. Esta última medida determinou a centralidade de São Paulo como principal centro irradiador da industrialização brasileira, criando uma diferenciação estrutural em relação ao Rio que se revelou irreversível dali por diante.

Período	População do Rio de Janeiro (DF-GB)	População do município de São Paulo (SP)
1920	1.157.873	579.033
1940	1.764.141	1.326.261
1950	2.377.451	2.198.096
1960	3.307.163	3.825.351
1970	4.315.746	5.978.977

Igualmente ilusória era a ideia de que a cidade do Rio poderia se sustentar sozinha. A condição de capital federal lhe assegurava a condição de sede de “serviços sofisticados, como o núcleo de comando do sistema bancário, sediando os escritórios centrais da maioria das grandes empresas, sendo portal de visitantes nacionais e estrangeiros, alimentado por contínuas e crescentes injeções de gasto público”. A dependência das atividades do governo federal se estendia ao antigo Estado do Rio. A predisposição da União, desde a Revolução Constitucionalista de 1932, de criar um contraponto ao fortalecimento vertiginoso do estado de São Paulo, atraiu para a “velha província” que orbitava política e economicamente em torno do Distrito Federal – uma série de grandes investimentos, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Fábrica Nacional de Motores (FNM), a Companhia Nacional de Álcalis e a Refinaria Duque de Caxias (REDUC). Esses investimentos contribuíram para que a atual região fluminense acompanhasse o crescimento econômico da região Sudeste como um todo (6,7% a.a.).

Os governos do Estado da Guanabara e, depois, do novo Estado do Rio de Janeiro, não foram capazes de suprir o vazio deixado pela ausência crescente da União. A crise ficou longamente maquiada, graças à demora da efetiva transferência da capital e ao “milagre econômico”, que propiciou investimentos como a Ponte Rio-Niterói e o Metrô. A decadência só ficou visível na década de 1980, quando a crise que atingiu a região fluminense desarticulou seus setores mais tradicionais, como a indústria de transformação e o setor têxtil. Por um lado, percebeu-se o fracasso da estratégia industrializante dos governos da Guanabara e do novo Estado do Rio; por outro, “patenteou-se o efeito corrosivo da transferência da capital. A expressão ‘esvaziamento do Rio’ tornou-se lugar comum”. Começou então o êxodo do setor financeiro para São Paulo, sangria equivalente na economia àquela operada por Brasília no campo político. Até então, os bancos sediados no Rio representavam 66% dos créditos fornecidos ao público do país. A superioridade da Bolsa carioca se manteve até o final da década de 1970 e daí em diante começou a ceder até quebrarem-na em 1987. Em apenas cinco anos, de 1980 a 1985, a participação do Rio no setor financeiro nacional caiu 37,4 %, enquanto a queda em São Paulo foi de apenas 2,3 %.

A decadência econômica pode ser medida em números. O Estado do Rio de Janeiro foi aquele em que sofreu a maior perda reativa no PIB total do país: passou de uma participação de 16,7%, em 1970 para 10,8% em 2010. Nesse meio tempo, a participação de São Paulo reduziu-se muito menos, passando de 39,43% para 33,34%. Da mesma forma, de maio de 2004 a maio de 2005, sua região metropolitana apresentava uma taxa de crescimento ridícula, comparada às demais capitais brasileiras: 0,99%, quando Porto Alegre, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Recife, respectivamente, apresentaram taxas de 5,63%, 5,45%, 5,40%, 4,62% e 2,22%. Mesmo a forte ampliação da extração de petróleo em alto mar não aumentou a participação da economia fluminense na brasileira, porque os demais setores econômicos do estado se mantiveram com uma taxa de crescimento muito inferior à do país.

A que os economistas atribuem semelhante decadência? Segundo estudo de André Pereira, no que diz respeito ao estado do Rio, o declínio data da perda de importância da agricultura, desde a abolição da escravatura sem indenização decretada pelo Império. Quanto à transferência da capital, ele afirma: “A sua economia estava profundamente marcada pela existência da capital do país, fato que acabou por diferenciar a cidade-capital do interior fluminense”:

A transferência do Distrito Federal para Brasília acarretou o abandono da cidade do Rio de Janeiro, como centro econômico financeiro do país, marcando-a profundamente quanto à queda nos investimentos, anteriormente canalizados para a região, retirados de órgãos públicos federais, e deterioração da relação agricultura-indústria-serviços. O Rio de Janeiro (Distrito Federal), na verdade, absorveu notáveis fluxos de investimentos enquanto Capital Federal, porém, após a transferência da capital para Brasília, não soube de onde tirar tal quantidade de investimentos, extremamente necessários para a região.

Mais recentemente, Mauro Osório, atual presidente do Instituto Pereira Passos, resumiu os fatores da decadência da economia fluminense. Das cinco principais causas elencadas, três delas podem ser imputadas ao governo federal. As duas primeiras e mais fatais foram de JK: transferir a capital e instalar o polo metalomecânico em São Paulo. O Rio ficou privado dos investimentos federais na escala a que estava habituado e perdeu a oportunidade de garantir sua posição industrial. A terceira decisão foi de Geisel, que depois de ordenar a fusão da Guanabara com o antigo estado do Rio determinou a instalação do segundo polo metalomecânico em Belo Horizonte. A região fluminense ficou assim especial-

mente suscetível ao impacto da reestruturação produtiva internacional na virada da década de 1970 para a de 1980.

A decadência do Rio de Janeiro não se deu somente no nível econômico, mas também político. Embora uma não decorra automaticamente da outra, elas certamente se inter-relacionam. Essa decadência política pode ser aferida pela queda expressiva da participação de cariocas e fluminenses no governo federal. Em recente estudo, Fabiano Santos e Octavio Amorim Neto levantaram dados referentes à participação de cariocas e fluminenses nos ministérios da Terceira República (1946-1964), da ditadura militar (1964-1985) e da Nova República (1985-2013), incluindo comparações com outros estados. O resultado é estarrecedor:

O dado mais impressionante é o declínio da participação ministerial do Rio de Janeiro. Em 1946-1964, o ex-Distrito Federal e os antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara ficaram com 15,7% das nomeações ministeriais, abaixo apenas de São Paulo, com 20,7%. Sob o regime militar, o antigo Estado do Rio de Janeiro e o então recente Estado da Guanabara (até 1974) e o novo Estado do Rio de Janeiro (a partir de 1975) receberam uma percentagem consideravelmente menor de nomeações ministeriais, 5,3%. No período de 1985 a 2010, o peso médio do Rio nos gabinetes presidenciais caiu novamente, para 4,6%, muito próximo ao nível do Paraná (4,0%) e de Pernambuco (3,9%).

Embora a participação de outros estados também tenha oscilado ao longo dos três períodos, Amorim Neto e Fabiano Santos mostram que apenas o Rio caiu de modo constante ao longo de todos os anos. Comprovam, também, que a região carioca/fluminense foi o estado que sofreu a mais drástica redução em sua presença nos gabinetes presidenciais entre a primeira experiência democrática (1946-1964) e a atual (1985-2013). O declínio da participação política do Rio na composição dos ministérios se inicia na mesma época da decadência econômica, isto é, quando os órgãos federais são transferidos em massa para Brasília.

Em síntese, a decadência da cidade e do estado do Rio têm como causas eficientes decisões diretas da União Federal. A administração Juscelino Kubitschek optou por consolidar a primazia econômica de São Paulo em detrimento do Rio e privou-lhes dos investimentos federais ao transferir a capital para Goiás, sem qualquer compensação. O declínio fluminense se tornou irreversível com a consolidação de Brasília promovida pelo general Médici, seguida pela fusão entre a Guanabara e o antigo Estado do Rio, imposta por Geisel a fim de transformar a cidade em “um município como outro qualquer”; e o novo ente federativo, em “um estado como outro qualquer”.

Para além da responsabilidade do governo federal, não haverá também uma parcela específica de responsabilidade das elites fluminenses nessa assombrosa decadência? É certo que muito se deve à sua incompetência estratégica e sua inépcia política e administrativa. No período posterior a 1960, não foram desenvolvidas estratégias consistentes de desenvolvimento regional, nem políticas setoriais consistentes que empregassem as potencialidades e vantagens comparativas disponíveis. Apostou-se que o futuro estava em competir pela vanguarda da industrialização e que o problema da Guanabara estava na falta de terrenos disponíveis e na infraestrutura. Tratava-se de uma estratégia mimética e desfocada, incapaz de compensar a perda ocorrida a partir da transferência da capital. No recente período de bonança, durante o governo Cabral, também houve a notória falta de coordenação e estratégia na aplicação de renda do petróleo, de que era amostra a dilapidação dos recursos do petróleo em obras suntuárias na Costa Verde.

O que o reconhecimento da incompetência gerencial das elites estaduais não explica é a sua longa duração. Ela é, em verdade, consequência estrutural da proximidade e da longa experiência de dependência do Rio em relação ao governo federal. Ela nos leva a duvidar de que o estado nascido em 1975 possa algum dia cumprir as expectativas de tornar-se “um estado como outro qualquer”, como São Paulo ou Minas Gerais. São duas principais razões desta descrença.

RAZÕES DA ANOMALIA FEDERATIVA (1): A PERSISTÊNCIA DA CULTURA POLÍTICA DE “CAPITAL NACIONAL”

O fato de ter o Rio de Janeiro sido capital do Brasil orientou o seu desenvolvimento e modelou sua identidade de modo irreversível. Criou-se assim uma cultura cívica marcada pela presença do poder federal e por sua interferência contínua no jogo municipal. Esse tipo de imbricação fez com que o espaço político local sofresse um processo de diminuição social de relevância, inversamente proporcional àquele concedido ao espaço político nacional. O Rio se habituou a ser tutelado por um prefeito nomeado pelo presidente da República e nunca valorizou o voto para vereador. A cidade viu seus interesses serem atendidos sempre subordinados à função política maior da nação. Da mesma forma, centro da política nacional, não precisando disputar investimentos com os estados, o Rio pôde se dar ao luxo de desenvolver uma cultura política nacional, centrada exclusivamente na “luta ideológica”.

Cariocas e fluminenses estavam também acostumados a ser administrados por elites recrutadas em todo o país. A condição de centro da política nacional atraía para o Rio políticos das mais variadas procedências, que se faziam aqui eleger com plataformas que nada tinham de municipais ou estaduais. Na eleição de 1958, por exemplo, as eleições para

senador do Distrito Federal foram disputadas por um mineiro (Afonso Arinos de Melo Franco, candidato da UDN) e um gaúcho, Lutero Vargas (filho de Getúlio, pelo PTB). Nas eleições da Guanabara, em 1962, alguns dos principais candidatos eram perfeitos forasteiros: Aurélio Vianna, alagoano; Juracy Magalhães, baiano; e Leonel Brizola, gaúcho. O processo de construção da “capitalidade” do Rio de Janeiro também se faria sentir sobre a política do antigo estado homônimo, que servia de caixa primeira de reverberação das decisões federais, com seus governadores e deputados trabalhando em Niterói, do outro lado da Baía de Guanabara. Parte significativa de suas lideranças também possuía dimensão nacional, e não estadual. O fenômeno seguiu até a década de 1950, quando estavam no primeiro plano da política nacional figuras como Prado Kelly, Raul Fernandes, os dois Macedo Soares (José Eduardo e Edmundo), todos ministros de Estado várias vezes. Era a “lógica nacional”, ideológica, programática, que orientava a política carioca/fluminense.

Esse histórico de sede do poder federal por séculos, gozando de todos os privilégios e males a ele inerentes, imprimiu nas elites cariocas/fluminenses uma mentalidade política que lhes trouxe uma série de dificuldades quando de sua redução forçada à condição de “qualquer”. A mudança de status lhes impunha que passassem a se comportar, não mais como centro, mas como parte ou periferia, articulando a defesa de seus interesses a partir dessa nova premissa. Mas isso não aconteceu. Seus deputados continuam deixando de lado os interesses estaduais em prol dos nacionais, ou a fazer a mais miserável das políticas de clientela local. Seus governadores continuaram a oscilar entre dois papéis básicos: ou o de “opositor radical e candidato à presidência”, inaugurado por Lacerda e seguido por Brizola e Garotinho, ou o de “prefeito nomeado”, retomado por Chagas Freitas e seguido por Moreira Franco, Marcello Alencar e Sérgio Cabral.

Nem se imagine que este seja um fenômeno puramente político. Quando indagado, na década de 1990, por que o empresariado carioca pensava apenas em termos nacionais, o antigo interventor Faria Lima respondeu:

Mas isso não é exclusividade do empresariado. Ninguém dá bola para o estado. Os jornais, como O Globo e o Jornal do Brasil, são nacionais, ninguém faz campanha pelo estado. Na Bahia, não se fala em petroquímica sem dizer quem é o pai: a briga lá é saber se é o Antônio Carlos Magalhães ou o Luís Viana Filho. Aqui no Rio de Janeiro, a gente fala de indústria petroquímica e ninguém dá bola.

Assim, diferentemente dos outros estados, o Rio de Janeiro não tem como ser ou se comportar como outro qualquer, porque nenhum outro Estado ou capital da federação passou pela experiência que o diferenciou. O estado do Rio não desenvolveu oligarquias autônomas, estruturadas em torno da defesa dos interesses regionais. Seja no estilo “combativo-ideológico”, seja no de “política de bica d’água”, tudo continua a girar em torno do governo federal. Essa incapacidade de articular a defesa dos interesses estaduais no nível federal, decorrente de sua conformação histórica de capital, é uma das maiores responsáveis pela sua decadência do Rio.

RAZÕES DA ANOMALIA FEDERATIVA (2): O RIO DE JANEIRO AINDA É UM DISTRITO FEDERAL DISFARÇADO DE CAPITAL ESTADUAL

É o caso de se perguntar, a esta altura, se o desenvolvimento de uma mentalidade estadualista na região fluminense não seria mera questão de tempo. Para que os agentes políticos e econômicos fluminenses se comportassem de modo análogo às oligarquias mineiras, paulistas ou capixabas, seria preciso esperar um pouco mais. É claro que o futuro é insondável. Mas o certo é que, mantidas as atuais condições, a probabilidade de que o Rio venha a perder sua “capitalidade” é nenhuma. A experiência estadual já dura 57 anos, contados da mudança oficial da capital, ou de 42, contada da fusão. O problema não é de tempo, pois que este já foi o bastante. O Rio não perdeu sua condição de capital simbólica, cultural, ou cidade síntese do Brasil. Não perdeu e, bem se vê, não a deixam perder. Não foi por outra razão que ela foi escolhida pela própria União Federal – no lugar de Brasília ou São Paulo – para servir de sede das primeiras Olimpíadas organizadas na América do Sul. Para que a perda da “capitalidade” ocorresse, seria preciso acontecer com o Rio o cataclisma que aconteceu com Ouro Preto no final do século XIX: perder a condição de capital, cair num abismo de decadência econômica e no completo esquecimento de tudo e de todos.

Ainda que assim não fosse, a mentalidade estadualista é virtualmente impossível de ser adquirida em uma região que de estado só tem o nome. A despeito do esvaziamento gerado pela transferência de todos os órgãos políticos dos três poderes e de todos aqueles da administração direta, o Rio de Janeiro continua a ser um Distrito Federal disfarçado de capital de estado. A União continua sendo a maior proprietária da cidade, com mais de 1.200 imóveis, entre as quais equipamentos icônicos de sua identidade, de grande densidade simbólica e cultural, como a Floresta da Tijuca, a Ferrovia do Corcovado e os antigos palácios ministeriais do Itamaraty, do Exército, do Trabalho, da Educação e Cultura, da Fazenda e da Marinha. No atual município do Rio e arredores, ainda se assentam dezenas de autarquias, fundações e empresas públicas federais de pelo menos 14 ministérios, além de quatro universidades federais. Os dados são impressionantes, porque demonstram que, no ranking das capitais estaduais que mais sediam órgãos federais, o Rio de Janeiro está disparado na frente, possuindo oito vezes mais do que Recife, a segunda colocada.

DISTRIBUIÇÃO DOS ÓRGÃOS FEDERAIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL E EMPRESAS PÚBLICAS PELO DISTRITO FEDERAL E PELAS CAPITAIS DOS ESTADOS



Da mesma forma, é surpreendente o fato de que o Rio de Janeiro continue sendo o estado da federação com o maior número de servidores públicos civis federais do Poder Executivo, aí incluso o próprio Distrito Federal! Os dados abaixo não contemplam ainda o imenso contingente de militares lotados no Rio de Janeiro, que no começo do século XXI correspondiam a cerca de 60 % dos servidores da Marinha, 38 % da Aeronáutica e 28 % daqueles do Exército.



Mais espantoso ainda é verificar que o Rio de Janeiro é o único estado da federação cujo número de servidores federais nele lotados supera o próprio número dos servidores estaduais. O perfil do Rio, no tocante à presença do funcionalismo federal, é idêntico ao do atual Distrito Federal, nada tendo de ver com aquele de estados limítrofes como São Paulo e Minas Gerais:



Esse peso extraordinário do governo federal no Rio de Janeiro torna o estado completamente anômalo no conjunto da federação. O fato de que a antiga Guanabara, em particular, continue a ser um verdadeiro distrito federal disfarçado de capital estadual elimina qualquer esperança de que a região fluminense possa em qualquer tempo vir a perder a “capacidade” que alimenta sua cultura política. Como se percebe, é impossível exigir que o Rio se comporte como um “estado como outro qualquer”, pela razão muito elementar de que ele não é “um estado como outro qualquer”.

Por outro lado, essa presença maciça de servidores públicos federais, empresas públicas e fundações ou autarquias, muitíssimo superior às demais capitais estaduais, se revela, porém, insuficiente do ponto de vista de sustentação e ordenamento da região conforme o figurino estadual em que a União a enfiou na década de 1970. Sua decadência tem obrigado o governo federal a cada vez mais frequentes “intervenções brancas” para resolver problemas locais. Assim foi quando das crises nos hospitais municipalizados, que tiveram de voltar em 2006 à esfera federal; para amenizar crises de segurança pública decorrentes do domínio de extensas áreas da cidade pelo tráfico de drogas e pela perspectiva de anarquia em época eleitoral.

2. A SOLUÇÃO LÓGICA DO PROBLEMA NACIONAL FLUMINENSE: O REENQUADRAMENTO JURÍDICO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO COMO SEGUNDO DISTRITO FEDERAL

Uma solução realística e pragmática

Na primeira parte deste artigo, buscamos mostrar que a crise fluminense não decorre apenas de uma “crise fiscal”. Trata-se de uma crise específica que tem sua principal causa na decisão da União de remover a capital para Goiás e que acarretou a perda de centralidade, de um lado, para São Paulo (a econômica), e de outro, para Brasília (a política). Essa crise foi agravada pelas tentativas posteriores da União de esvaziar, domar ou disciplinar a cidade pelo seu enquadramento em uma lógica estadual na qual nunca conseguiu funcionar de modo satisfatório. Habitado à tutela federal, ele não dispõe de uma cultura política “estadual”, nem de oligarquias próprias, concertadas e harmonizadas, habituadas a lutar pelos interesses regionais como os demais estados, como São Paulo e Minas Gerais.

Também não há expectativa de que o Rio venha no futuro a se comportar “como os demais”. A cidade continua a se ver e a ser vista, pela própria União Federal, como a cidade nacional do Brasil. Além disso, a presença do governo federal na região continua estratosférica quando comparada aos demais estados, tendo mais servidores federais do que o próprio governo estadual. Essa presença tem sido insuficiente, porém, para reverter seu acentuado declínio. A consequência é que o Rio se tornou uma vitrine nacional cada vez mais deteriorada, a exigir crescentes intervenções do poder federal que a abandonara. Nesta segunda parte do artigo, gostaríamos de propor medidas políticas e jurídicas, capazes de contribuir realisticamente para a resolução do “problema nacional fluminense” a partir das informações e materiais.

O primeiro ponto passa por admitir o fracasso do modelo do estado do Rio criado em 1975, que é impraticável. O propósito da ditadura de criar um estado poderoso contraposto a São Paulo foi um completo fiasco. O novo estado do Rio elege mal e se administra pior. Mas que fazer então com a região fluminense? Devido ao caráter autocrático da fusão, volta e meia aventa-se a hipótese de desfazê-la. É duvidoso, porém, que a medida fosse capaz, por si só, de reverter uma decadência preexistente à fusão, provocada pela remoção do polo irradiador de dinamismo econômico causado pela presença da capital. Por outro lado, uma solução realista não pode admitir a possibilidade de reverter a transferência da capital de Brasília, que é um fato largamente consumado. Ainda que assim não fosse, a hipotética remoção da administração pública em bloco de volta para o Rio só faria repetir o erro monstruoso de 1960, despindo um santo para vestir o outro. Ora, se a causa da decadência do Estado do Rio de Janeiro foi a mudança da capital para Brasília, efetuada sem compensação; se o novo ente federal fluminense, criado por ato ditatorial, claudica invariavelmente em suas tentativas de agir conforme uma lógica estadualista, devido à persistência da cultura de “capitalidade”; se um terço da administração federal continua lotada no estado, cujo número de funcionários ainda é inferior ao da própria União; se, por fim, o município do Rio de Janeiro ainda é, por si mesmo, um verdadeiro distrito federal disfarçado de capital estadual, contando com mais servidores públicos federais do que a própria Brasília, só existe uma única solução lógica, do ponto de vista político e jurídico, ao problema nacional fluminense: elevar o Rio de Janeiro à condição formal de um segundo Distrito Federal, na qualidade de segunda cidade capital do Brasil. Haveria assim dois distritos federais, o de Brasília, no Centro-Oeste, e o do Rio de Janeiro, no Sudeste do país. A medida faria com que o epicentro da região fluminense voltasse a ficar sob a tutela permanente da União, como outrora, sob o mesmo regime hoje vigente em Brasília.

Em síntese, a proposta de conversão do atual município do Rio de Janeiro em um segundo distrito federal é uma solução realista e lógica, que transforma em vantagem aquilo que até agora tem sido desvantagem. Ela reconhece a sua situação de cidade que permanece como emblema da nacionalidade; que possui mais servidores federais que Brasília e que ainda sedia um terço de sua administração pública. A realidade político-administrativa volta a coincidir com a moldura jurídica. Assume-se o distrito federal como oficial, de modo a regularizar de modo definitivo a tutela administrativa e financeira até agora intermitente e oficiosa da União. A medida interromperia a sangria de órgãos públicos para Brasília e serviria para de reparação material e moral pelos prejuízos decorrentes da mudança da capital e pela fusão imposta pela ditadura. O reconhecimento do Rio de Janeiro como segunda capital do Brasil contribuiria para atenuar e reverter os efeitos da decadência de toda a região fluminense, especialmente a metropolitana – aí incluída Niterói, nova capital do estado do Rio. Por fim, a medida exigiria uns poucos acertos e não hostilizaria a posição de Brasília como principal centro administrativo do país.

POR QUE NÃO DUAS CAPITALS? EXEMPLOS ESTRANGEIROS

A ideia não é amalucada. Há no mundo pelo menos quinze países espalhados por todos os continentes que possuem mais de uma capital oficial. No Chile, Santiago é sede dos poderes executivo e judiciário, permanecendo Valparaíso como sede do legislativo. Na Bolívia, Sucre é a capital constitucional e sede do judiciário, ficando La Paz como sede do executivo e do legislativo. Na Holanda, Amsterdã é sede da monarquia, mas administração funciona em Haia. No pequeno Montenegro, Podgortisa é a capital oficial, mas Cetinje é a capital histórica e sede da presidência da República. Na África, o caso mais notório é o da África do Sul que estabeleceu três capitais: Pretória, administrativa; Cidade do Cabo, legislativa; e Bloemfontein, judicial. Também Benin, Costa do Marfim, Saara ocidental, Tanzânia e Suazilândia possuem duas capitais. O fato se repete na Ásia, em países como a Malásia e Sri Lanka.

Para além dos países que possuem mais de uma capital oficial há dois casos que interessam por envolverem estados federativos igualmente populosos e regionalmente complexos como o brasileiro, e que os levaram a ter, na prática, mais de uma capital oficiosa ou de fato, sediando relevantes órgãos públicos federais. Refiro-me à Rússia e à Alemanha. A Federação Russa é composta por oitenta e cinco estados. Suas duas principais cidades, porém, não se submetem àquele regime, sendo dotadas de autonomia político-administrativa: são elas Moscou e São Petersburgo. Esta última foi capital da Rússia até 1918 e a primeira o é desde então. A mudança não pacificou a questão do papel de Petersburgo no regime federativo, conhecida como a “capital do Norte”. Os prejuízos advindos da transferência da capital têm suscitado desde o fim da União Soviética medidas reparatórias. Nos últimos anos, a antiga capital não apenas passou a gozar do mesmo regime jurídico de Moscou, na qualidade de “região de interesse federal”, como de outras iniciativas do governo russo. No intuito declarado de garantir a independência do Poder Judiciário e aproveitar os prédios públicos da antiga capital, o governo federal promoveu recentemente a transferência de Moscou para Petersburgo dos dois tribunais da Rússia: a Corte Constitucional e a Corte Suprema Federal. A descentralização político-administrativa se justifica tanto pela necessidade de reparar Petersburgo, quanto de melhor aproveitar o patrimônio da União na antiga capital, bem como pela de descentralizar os órgãos federais por outras regiões relevantes do país. Daí que se possa afirmar que, na prática, a Rússia tem duas capitais federais.

O caso da Alemanha é igualmente mais interessante. Embora a capital oficial do país seja Berlim, reconsagrada depois da reunificação do país, a antiga capital, Bonn, não ficou de mãos abanando, como ficou o Rio de Janeiro em 1960. Uma lei promulgada três anos depois decisão de remover a capital (1994) ficou uma indenização de 1,5 bilhão de euros a Bonn, deu-lhe o título de Cidade Federal e determinou que 2/5 da administração pública lá permanecesse. Estão lá até hoje os ministérios dos Alimentos, Agricultura e Proteção ao Consumidor; da Defesa; da Saúde; do Meio-Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear; Educação e Pesquisa; Cooperação Econômica e Desenvolvimento; e Correios e Telecomunicações (extinto em 1998). Além disso, a crença de que a autonomia do poder judiciário passa pela sua distância geográfica em relação à capital política determinou que os dois principais tribunais do país, o Tribunal Constitucional Federal e da Corte Federal de Justiça, fossem instaladas na pequena cidade de Karlsruhe. Em suma, o fato de Berlim ser a sede oficial não elide o fato de que, tendo em vista o modo por que os órgãos da administração se encontram repartidos, a Alemanha acabe na prática com três capitais, como a África do Sul.

CONCLUSÃO

Uma vez demonstrado que a crise econômica do Rio teve por fator eficiente a mudança da capital para Brasília e a fusão imposta entre o antigo Distrito Federal e o antigo Estado do Rio; que o ente federativo resultante da fusão se revelou duradouramente incapaz de autogestão no novo regime jurídico-político, em virtude da permanência da cultura de capitalidade e de dependência do governo federal; que este último deve reparar os prejuízos decorrentes da mudança da capital e da fusão forçada sem compensações, a criação de um segundo distrito federal no atual município do Rio emerge como a única solução política lógica, definitiva e realista para a região fluminense. Para problemas federais, soluções nacionais.

Não se trata de passadismo, ou de querer trazer “a capital de volta”. É reconhecer que ela nunca saiu de fato; que o Rio continua a ser a cidade nacional do Brasil; que a situação anômala da região fluminense impede seu funcionamento regular conforme a moldura estadualista. É admitir que, na medida em que um terço dos órgãos federais ainda se encontra no município do Rio, que possui mais servidores federais que Brasília, ele já é um distrito federal de fato, disfarçado de capital estadual. Sua elevação formal à condição de segunda capital da República, com o correspondente regime jurídico de distrito federal, se limita a reconhecer a incapacidade de autogestão e dependência da região fluminense em relação à União, providenciando o retorno de sua presença e de sua tutela financeira e administrativa. Ela repara, com mais de meio século de atraso, os catastróficos prejuízos oriundos da transferência da capital, dando-lhe compensação simbólica e efetiva: estanca a sangria de recursos e acena com soluções financeiras duradouras para os graves problemas de segurança pública, educação e saúde, que seriam assumidos pelo governo federal. O aumento da arrecadação do Rio de Janeiro, pela superposição das competências tributárias, estadual e municipal, lhe permitirá desenvolver a infraestrutura indispensável à melhoria do ambiente de negócios, por meio de investimentos em transportes públicos, especialmente em trens e metrô; saúde pública e, principalmente, uma reforma urbana destinada à urbanização de favelas, com a necessária ocupação social e construção de bairros populares nos vazios na zona norte. A proposta não é extravagante: mais de quinze países do mundo possuem mais de uma capital oficial e os exemplos recentes da Rússia e da Alemanha indicam a tendência à descentralização. Mas não se pode perder de vista que, conforme reconhecido pelo juscelinista e entusiasta de Brasília, Ronaldo Costa Couto, o problema carioca/fluminense é nacional:

Para mim, a União tem um compromisso especial com o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro. Mais ainda, há um interesse nacional em tudo o que beneficie o seu desenvolvimento, até porque o Rio é a própria imagem do Brasil no exterior. Quando o Rio se arruma, o país ganha duas vezes. É um país que deve cuidar bem de sua principal vitrine, ainda mais quando é linda e charmosa.

O Brasil precisa tanto do Rio quanto o Rio do Brasil. Recapitalizada, segura, com suas favelas urbanizadas, seu patrimônio histórico e cultural assegurado, suas universidades e hospitais funcionando, seus servidores recebendo em dia, a Velhacap e o seu entorno deixariam de ser um problema nacional. A um custo globalmente muito baixo, o país teria de volta a sua vitrine, que deixaria de ser matéria de preocupação, raiva ou pena para o seu povo e para a comunidade internacional. A consagração do Rio de Janeiro como segunda capital oficial do Brasil seria uma bela bandeira nesse período turbulento de nossa história, que impõe a refundação da República em bases mais democráticas. Ela seria a “meta-síntese” do projeto político mais amplo de que o país está carecendo: o de uma república renovada, reintegrada com suas tradições nacionais, menos tecnocrática, menos oligárquica, mais próxima do povo e de sua sociedade civil.

O RIO DE JANEIRO É

Felipe Lucena

O Rio de Janeiro é uma cidade. Mas não só isso. Nem tem vocação para o pouco. Para o só. Entre tantas condições, o Rio de Janeiro é, antes de tudo, uma vocação para o único.

O Rio de Janeiro é sua orla. A praia de Copacabana em sua mais perfeita tradução na Torre de Babel que se forma em suas areias perfeitamente incomparáveis. Passa tudo, como um rio.

O Rio de Janeiro é o subúrbio. Que já teve suas praias. E que hoje se refresca na suprema simplicidade de um banho de mangueira, chuveirão. Afoga-se as dificuldades e segue. Não há parada errada. O Rio de Janeiro é a Zona Oeste. Muito ainda natural. O verde que salta aos olhos e abraça uma cidade que não para de crescer, mesmo sendo gigante desde sempre.

O Rio de Janeiro é beleza natural. Uma cidade que excita as retinas, diariamente, até de quem a conhece há décadas. Um casamento feliz. Eis o Rio de asfalto e gente, entornando pelas ladeiras.

O Rio de Janeiro é o asfalto, rico, sofisticado, cartão postal para mandar boas notícias para o exterior. E o Rio de Janeiro é o morro, a favela, onde batalha-se todos os dias por boas manchetes. A dor da gente sai no jornal, mas as alegrias, também são capa.

O Rio de Janeiro é seu povo. Alegre, sacana, vivo. Essa gente que sobrevive a cada perrengue sem perder o jogo de cintura. Essa gente que samba na cara do problema ao som de um pandeiro e um violão.

O Rio de Janeiro é mistura. Gente de todos os cantos e gritos. Uma cidade plural, com espaço para todos. Um lugar que se impõe para ser o que é.

O Rio de Janeiro é gente na rua. Seja no carnaval, em um churrasco de amigos, uma pelada, um baile funk. Quando o lado de fora é bom, fica difícil manter-se em casa. Melhor ainda quando todo o lado de fora é casa.

O Rio de Janeiro é capaz de ir a uma reunião séria com as outras grandes cidades do mundo usando um par de chinelos e bermuda. O Rio de Janeiro toma goles de chopp no encontro do G20.

O Rio de Janeiro, dourado de informalidade, já foi capital e nunca perdeu a pose. Consegue unir as expressões focadas e rígidas de uma metrópole aos sorrisos frouxos de um paraíso natural praiano.

O Rio de Janeiro é porta de entrada do país. Um videoclipe do Brasil. Terra das artes, dos sambas, choros, bossas, rocks e funks. Um filme bonito. Cinema sempre novo. Cosmopolita até o caroço.

O Rio de Janeiro parece marrento, mas convida todo mundo para vir à sua casa. Até quem nem merece desfrutar de tal encantamento em forma organização social.

O Rio de Janeiro é uma contradição, também. Um paradoxo estendido na areia. Admirável, por muito, por isso. Com qualidades imutavelmente apaixonantes e defeitos, problemas, detestáveis, só que corrigíveis.

O que o Rio de Janeiro não é, é uma cidade que merece sofrer tanto na mão de gente que parece não ama-la. O Rio de Janeiro precisa viver em um mundo melhor. E um mundo, para ser melhor, precisa viver no Rio de Janeiro.

RIO21 E DIÁRIO DO RIO: UM BALANÇO DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE PARCERIA

Desde o início do mês de fevereiro de 2021, o Diário do Rio e o Instituto Rio21 estreitaram as suas relações, mediante a colaboração do Núcleo de Pesquisa Aplicada do Instituto com o setor de jornalismo de dados do jornal. A partir deste momento, a parceria permitiu a coleta, o tratamento e a análise de dados de diferentes naturezas e fontes que subsidiaram a produção jornalística do jornal, interessada sempre em apresentar informações qualificadas e baseadas em referências sólidas.

Ambas as instituições compartilham princípios fundamentais que tornaram possível a colaboração, como o amor pelo Rio de Janeiro e o desejo de contribuir para a qualificação do debate público sobre a nossa cidade e as possibilidades de intervenção positiva na realidade em que vivemos.

Por essa razão, no mês de fevereiro, contribuimos para a análise e sistematização de dados relacionados a questões públicas da cidade, como o número de roubos e furtos de celulares, bicicletas e roubos e furtos em coletivos, publicados entre os dias 8 e 10 de fevereiro e no dia 1 de março. Analisamos os dados do Instituto de Segurança Pública e descrevemos as regiões com maior incidência, segundo os registros, e a frequência mensal em comparação entre os anos de 2020 e 2021.

O Instituto Rio21 também promoveu, ainda em fevereiro, uma análise da votação do Deputado Federal Daniel Silveira, motivado pela prisão expedida pelo Supremo Tribunal Federal e a possibilidade de cassação do mandato pela Câmara dos Deputados. Pode-se perceber que, apesar de uma grande votação recebida em Petrópolis, esses votos não seriam suficientes para elegê-lo. A quantidade de votos na cidade do Rio de Janeiro foi fundamental para o sucesso eleitoral. Essa presença na capital foi incentivada pela imagem fortemente circulada do evento em que quebrava a placa com o nome de Marielle Franco, vereadora assassinada no dia 14 de março de 2018.

Outros temas correntes do debate público incentivaram produções colaborativas do Instituto com o Diário do Rio. São exemplos, as reportagens derivadas das análises de dados do mercado de trabalho, através do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), dos anos de 2020 e de 2021. Outros são os trabalhos envolvendo os dados do mercado imobiliário e o fluxo de registros imobiliários de compra e venda na capital carioca. Também foi trabalhado o tema das pessoas em situação de rua, a partir da análise dos dados coletados pelo Censo Municipal realizado em 2020. Esses dados demonstram o caráter multidisciplinar da parceria, que tem como objetivo central contribuir para a melhor informação e qualificação do debate público local, independente do setor ou atividade.

Além das análises de dados públicos, o Instituto Rio21 também desenhou, operacionalizou e entregou resultados de duas pesquisas quantitativas no mês de fevereiro. Os resultados também foram objeto de exposição por parte do Diário do Rio e subsidiaram cerca de 10 publicações. A primeira dessas pesquisas consistiu em um survey online com a população carioca sobre os seus hábitos, gostos e reflexões sobre a própria realidade, intitulada “Carioquices”. Foram ouvidos mais de 700 cariocas. Os temas centrais da pesquisa foram:

- 1) *o carioca frente à pandemia e as suas consequências;*
- 2) *o carioca e a participação política;*
- 3) *opiniões sobre políticas públicas como a intervenção no Centro do Rio de Janeiro e a política de habitação nessa região; e*
- 4) *reflexão sobre a identidade carioca a partir dos seus hábitos e gostos.*

A segunda pesquisa foi um recenseamento do Polo da Praça XV. Realizada nos meses de fevereiro e março, a pesquisa tinha como objetivos:

- 1) *apresentar o Polo da Praça XV aos proprietários e administradores de estabelecimentos que compõem o perímetro do Polo, convidando-os a participar;*
- 2) *recensar a região, referenciada pela pesquisa produzida em 2011 no Projeto Censo dos Polos, realizado pela Consultoria Narcisa Santos; e*
- 3) *realizar um survey com esses estabelecimentos, a partir de seus proprietários e administradores, acerca do Centro do Rio de Janeiro e a realidade atual.*

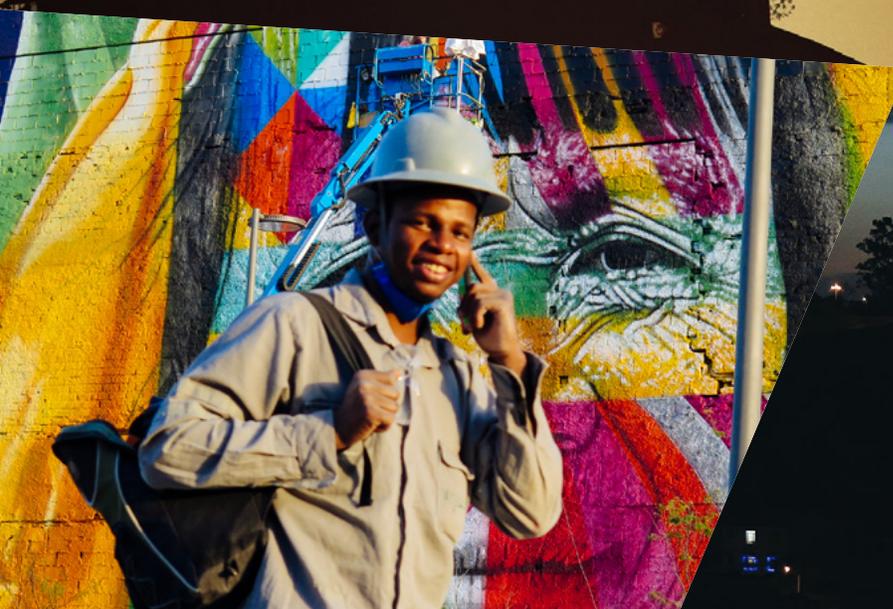
O recenseamento da região teve como objetivo geral a atualização dos dados produzidos pela referida pesquisa em 2011. A partir desse levantamento, é possível identificar os tipos de estabelecimento na região, a quantidade de trabalhadores registrados e o perfil de cada uma das ruas que compõem o perímetro do Polo, oportunizando uma ação direcionada da sociedade civil e/ou do poder público no sentido de potencializar o desenvolvimento da região. Fizemos isso a partir de dados públicos, como a Relação Anual de Informações Sociais e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, assim como de um recenseamento in loco, responsável por categorizar todos os estabelecimentos de rua nos contornos geográficos do Polo da Praça XV, identificando a situação individual (se aberto ou fechado) e os setores de atividade.

Entre julho e agosto, o Instituto Rio21, seguindo esse caminho de produzir seus próprios dados e gerar informações sobre a cidade do Rio de Janeiro e seus moradores, realizou uma pesquisa cujo objetivo era compreender como os cariocas pretendiam comemorar o Dia dos Pais. A pesquisa foi através de um survey online, e buscava analisar os impactos da pandemia de Covid-19 na comemoração desta data simbólica, inclusive para o comércio do município.

Em agosto, o Instituto deu início a uma série trimestral de pesquisas de avaliação e monitoramento da gestão municipal do Prefeito Eduardo Paes. A pesquisa, encomendada pelo Diário do Rio, foi realizada através de um survey online e contou com mais de 1200 respondentes. O objetivo desta pesquisa era avaliar os primeiros meses de atuação do governo municipal da cidade do Rio de Janeiro, com destaque para áreas, como por exemplo, educação, saúde e pandemia, transportes, assistência social, entre outros. A próxima pesquisa será realizada em novembro e assim, poderemos compor um painel comparativo de avaliação deste governo, que será atualizado a cada 3 meses, com a percepção dos cariocas a cada período sobre as ações da Prefeitura.

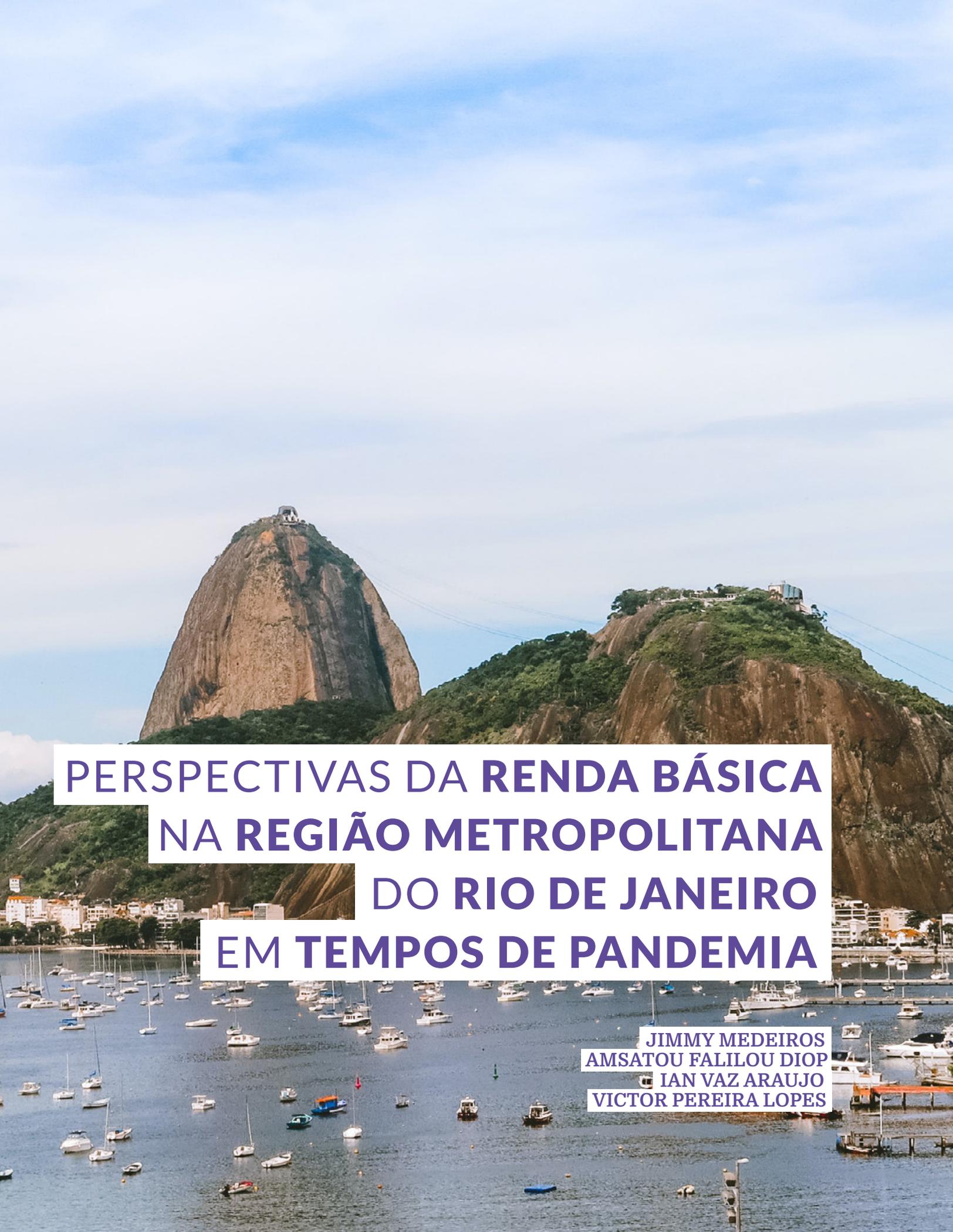
Essa pesquisa resultou em uma série de matérias publicadas no Diário do Rio apresentando os resultados e analisando temas relevantes para a cidade, neste momento foi o projeto Reviver Centro – onde constatamos que a maioria dos moradores da cidade, não somente conhecem o projeto, como estabelecem um amplo apoio para que seja implementado.

Fazendo um balanço desse primeiro semestre, só podemos agradecer ao Diário do Rio. Esperamos que esta parceria promova inúmeros outros frutos e que os próximos semestres sejam tão produtivos como esse inicial. Será a partir da união dessas forças, envolvendo a produção de conhecimento e o estímulo ao debate público, que poderemos ver, em futuro próximo, o Rio de Janeiro renovado.





Fotos: Rafael Pereira



**PERSPECTIVAS DA RENDA BÁSICA
NA REGIÃO METROPOLITANA
DO RIO DE JANEIRO
EM TEMPOS DE PANDEMIA**

**JIMMY MEDEIROS
AMSATOU FALILLOU DIOP
IAN VAZ ARAUJO
VICTOR PEREIRA LOPES**

RESUMO

O advocacy pela Renda Básica cresceu em todo o mundo, desde o início do século XXI. A política pública ganhou ainda mais destaque com as consequências da pandemia. O Congresso Nacional debateu a sua implementação em concorrência com o Auxílio Emergencial. Enquanto isso, municípios do Rio de Janeiro participaram deste debate na vanguarda nacional. Maricá ampliou qualitativamente e quantitativamente a sua experiência de Renda Básica. Niterói experimentou e instituiu sua permanência, focalizada na população vulnerabilizada do município. Na capital, os vereadores tentaram criar a política, mas não tiveram amparo do executivo municipal. O presente trabalho analisa os percursos, limitações e características dessas três iniciativas de Renda Básica.

Palavra-chave: Renda Básica; Assistência Social; Maricá; Niterói; Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a conjuntura econômica brasileira apresenta um quadro delicado com muitas dificuldades para a recuperação desejada por políticos e pela população. O baixo crescimento do produto interno bruto, assim como as elevadas taxas de desemprego, o aumento da informalidade no mercado de trabalho e a queda no poder econômico do trabalhador, por exemplo, deixam evidentes as tensões sociais e econômicas que o país enfrenta.

O Estado do Rio de Janeiro, como um todo, apresenta uma condição ainda mais delicada, uma vez que apresenta taxas de desemprego acima da média nacional, fechamento de empresas, perda na arrecadação de royalties do petróleo para outras unidades federativas, além de figurar como um dos entes subnacionais mais endividados. Essa conjuntura fluminense é preocupante e, assim como no cenário nacional, demanda uma ação enérgica do Estado para tentar oferecer maior segurança social e bem-estar à população. Conforme aponta Stiglitz (2020), o Estado precisa agir para solucionar as falhas do mercado.

Esse quadro econômico e social dos últimos anos acabou sendo ainda mais prejudicado com os múltiplos impactos negativos proporcionados pela pandemia do covid19. Na esfera social, a União, o Estado do Rio, bem como alguns municípios fluminenses tentaram enfrentar essas mazelas através da criação de novas políticas de transferência de renda ou do reforço de algumas delas. Essa estratégia de intensificar a ação através das políticas de transferência de renda condicionadas em tempos de crise econômica foi experimentada anteriormente e gerou resultados positivos, ao menos no Brasil. Afinal, durante a crise mundial de 2008 o Programa Bolsa Família (PBF) foi um dos fatores responsáveis por promover maior igualdade e bem-estar no país (CEPAL, 2011; CEPAL, 2014; CECCHINI; FILGUEIRAS; ROBLES, 2014). Com isso, o PBF, segundo Lavinás (2013), ganhou notoriedade e passou a ser considerado uma referência no campo da assistência social para outros países do hemisfério sul.

Com a pandemia, em março de 2020 eclodiu a discussão parlamentar a respeito de se instituir uma política de transferência de renda que pudesse mitigar os efeitos econômicos devido à necessidade de imposição da quarentena, que objetivava evitar as interações físicas para tentar controlar a transmissão do vírus. A imposição de uma quarentena afetou o funcionamento das empresas e instituições, acarretando um aumento das taxas de desocupação no país. Inicialmente, a Renda Básica foi demandada principalmente por parlamentares filiados a partidos políticos de esquerda e, em seguida, cresceu a adesão pela criação do Auxílio Emergencial. Ainda em 2020, no mês de setembro, foi criada uma Frente Parlamentar mista em defesa da Renda Básica, composta por 214 parlamentares de 23 partidos, porém até o momento os integrantes não têm uniformidade de proposta para defesa da RB no Congresso Nacional. Apesar da Frente ser ampla, tendo políticos de todos os partidos presentes na Câmara Federal, exceto o Partido Novo, não conseguiu viabilizar a implementação da política.

Assim, durante o ano de 2020, em meio à disputa pela criação da política Auxílio Emergencial, emergiu no debate político – e na esfera pública também – a criação de uma Renda Básica. Se o Auxílio Emergencial é focalizado, com público delimitado por critérios econômicos, a Renda Básica é universal, incondicional, não tributada pelo imposto de renda, com fluxo de renda regular e seguro. Sua motivação é fundamentada no critério da cidadania. Assim, Auxílio Emergencial e Renda Básica são modalidades distintas de políticas no campo da assistência social.

Cabe mencionar, no Brasil, a Renda Básica de Cidadania já é uma lei federal, desde 2004. A Lei nº 10.835 previa a implementação da Renda Básica no país, em 2005, entretanto, isso nunca ocorreu. Em 2020, alguns parlamentares argumentaram pela retomada desta Lei, mas não tiveram sucesso em convencer o Governo Federal.

Embora eventos recentes tenham impulsionado o debate público sobre a Renda Básica no país, esse crescimento recente tem acontecido em vários países. Desta forma, a elevação do apoio e demanda pela RB está alinhada ao cenário internacional, delineado por Widerquist (2019). O autor aponta a ocorrência de três ondas de defesa da RB no mundo, a primeira entre 1910 e 1940, seguido por um período de baixa nos anos 40 e 50. Uma segunda e maior onda de apoio aconteceu nas décadas de 60 e 70, seguida por outro período de baixa na maioria dos países até o início dos anos 2000. A discussão mais recente começou por volta de 2010 e cresce desde então. Barack Obama, em 2016, apontou que debateríamos o tema pelos próximos 10 a 20 anos.

Buscando analisar as perspectivas a respeito da RB no cenário fluminense, o presente artigo aborda a ação governamental para enfrentar os efeitos negativos da pandemia no campo da assistência social. Para isso, analisa os casos implementados em três municípios da região metropolitana do estado. O artigo tem cinco seções, contando com esta introdução. Em seguida, abordamos a experiência bem-sucedida de implementação de uma Renda Básica – ainda incompleta – em Maricá (RJ). Na terceira seção, analisamos a recente iniciativa ocorrida no município de Niterói, decerto, aproveitando o conhecimento do município vizinho e, na quarta seção analisamos os desafios e possibilidades ocorridos na capital do estado. Por fim, fechamos com breves considerações finais

EXPERIÊNCIA DE SUCESSO EM MARICÁ

Além da Lei Federal que não foi implementada, Medeiros e Pires (2021) identificaram outras quatro experiências de Renda Básica no Brasil, embora nem todas tenham resultados tão concretos. As iniciativas em Mogi das Cruzes (SP), Santo Antônio do Pinhal (SP) e Apiaí (SP) contribuíram por deixar o debate sobre RB presente na agenda pública. Afinal, em Mogi das Cruzes a iniciativa foi privada e com uma cobertura muito diminuta e as outras duas não foram implementadas. Apenas tiveram o marco legal aprovado nas Câmaras Municipais.

A quarta experiência encontrada pelos autores, seguindo uma ordem cronológica, ocorre no município de Maricá (RJ), um dos maiores recebedores de royalties da exploração de petróleo do Brasil. O Bolsa Mumbuca (BM), política maricaense de transferência de renda, começou em 2013, junto com a criação de um banco comunitário e uma moeda social – Mumbuca – com circulação restrita e aceita em alguns estabelecimentos comerciais do município. A PTRC do município transferia renda aos beneficiários em Mumbuca – não em Reais – de modo que os recursos deveriam ser utilizados nos estabelecimentos comerciais do município.

Inicialmente, o Bolsa Mumbuca – cujo nome oficial era Renda Mínima Mumbuca –, selecionava famílias que viviam com renda familiar de até um salário-mínimo por mês ou tinham algum membro com qualquer tipo de deficiência. A política transferia 70 Mumbucas por mês, o equivalente a 70 Reais. O valor ficava disponível em um cartão de débito magnético, que podia ser usado em estabelecimentos comerciais credenciados (CEZAR; FREITAS; EGYDIO, 2014). O beneficiário deveria abrir uma conta no banco comunitário do município para ter acesso aos recursos

Em 2015, a política mudou seu nome para Renda Básica de Cidadania (RBC), buscando instituir de fato a primeira RB no país. Desde então, a política passou a tentar beneficiar todas as pessoas do município com ao menos um ano de residência na municipalidade; estrangeiros devem residir há pelo menos cinco anos no local. Embora na letra da Lei ela seja “universal”, na prática isso não ocorre. Nos últimos anos, o governo municipal aumentou a cobertura populacional, todavia a política ainda é focalizada, contrariando o receituário de Van Parijs (2000) e Suplicy (2003).

Bolsa Mumbuca e a RBC maricaense conviveram por um período. Conforme Medeiros e Pires (2021),

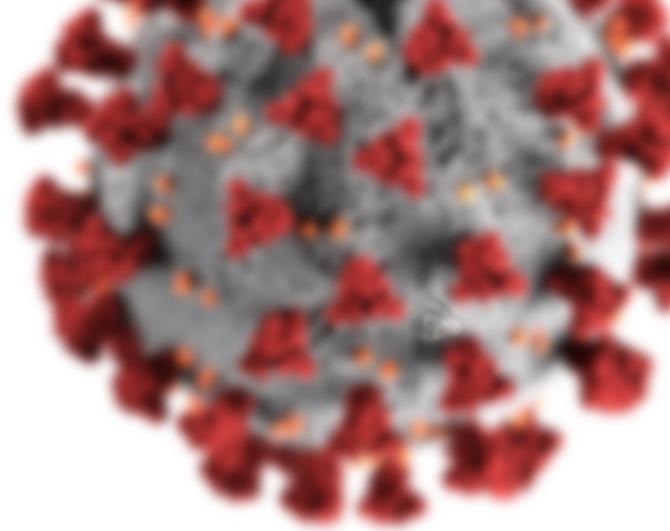
RBC era responsável pela transferência de dez Mumbucas ao mês para mais de 14 mil famílias, ao passo que a Renda Mínima transferia 85 Mumbucas mensais. Em 2015 esse valor passou para 100 Mumbucas e, em 2017 o valor dos dois benefícios aumentou, respectivamente, para 20 e 110 Mumbucas por mês, totalizando 130 Mumbucas, ou 130 reais (pg. 63).

Em 2019 ocorreu uma nova mudança na política para privilegiar a RBC. Assim, o Bolsa Mumbuca foi aglutinado à RBC maricaense e, ao mesmo tempo, o contingente de beneficiários foi ampliado. Uma primeira medida foi passar a selecionar pessoas, em vez de famílias. Esta característica difere de outras PTR no Brasil. Esse aumento se deu selecionando todas as pessoas das famílias que já eram beneficiárias no BM e através de uma busca ativa de cadastramento por novas pessoas e famílias para serem inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e, por conseguinte, para serem beneficiários da RBC. Assim, a política tem sido extensiva na cobertura das famílias pobres e extremamente pobres cadastradas residentes no município. Assim, antes do final de 2019 a RBC passou a contemplar quase 40 mil pessoas no município, abrangendo cerca de 1/4 da população local. Em meio à pandemia do Covid-19, a cobertura da política aumentou um pouco e alcançou 42.501 pessoas, cerca de 26% da população municipal, demandando R\$13 milhões todo mês do orçamento da prefeitura. No momento, não há possibilidade de ampliação da cobertura, dado a limitação do perfil de cadastrados no CadÚnico.

Ao mesmo tempo, por conta das consequências da pandemia a Câmara Municipal aprovou o aumento do benefício individual de 130 para 300 Mumbucas, desde abril de 2020. Além desse aumento, a prefeitura criou – no âmbito da assistência social – o Programa de Amparo ao Trabalhador (PAT), beneficiando cerca de 23 mil autônomos informais, microempreendedores individuais e profissionais liberais, bem como o Programa de Amparo ao Emprego (PAE), transferindo um salário-mínimo por funcionário da empresa com menos de 50 trabalhadores.

Em abril de 2021 ocorreu uma mudança nos valores transferidos. Enquanto o benefício básico da RBC passou de 130 para 170 Mumbucas por pessoa, mantendo o valor transferido por mês em 600 Mumbucas, considerando o adicional da pandemia, no PAT o valor caiu de R\$1.045 para R\$600. O governo municipal passou a privilegiar a RBC, política mais consistente a longo prazo e de maior cobertura.

Um dado interessante para essa experiência em Maricá é quanto ao número de pessoas trabalhando. Mesmo em período de pandemia, o município registrou um aumento na quantidade de pessoas trabalhando, resultado diferente de municípios vizinhos que não tem política de renda básica, por exemplo. Isso, de certa forma, contraria um argumento utilizado por críticos da RB de que transferência de renda à população tende a causar o efeito preguiça, ou seja, o cidadão deixa de trabalhar para sobreviver apenas com o benefício. Isso não ocorreu com o Bolsa Família no Brasil, nem com o RBC em Maricá, se considerarmos dados gerais para o município.



A RBC maricaense é incondicional, estando de acordo com o recomendado por Vanderborght e Van Parijs (2006). Além disso, a transferência ocorre em dinheiro – é feito em Mumbuca –, permitindo maior liberdade de escolha no consumo nos mais de 20 mil estabelecimentos cadastrados no Banco Comunitário. Ademais, o pagamento é efetuado de forma regular – mensal –, trazendo maior segurança aos beneficiários, visto que eles sabem que o fluxo de renda será constante. Essa é mais uma característica da política alinhada com as recomendações da literatura especializada em renda básica (VAN PARIJS, 2000). Por fim, cabe mencionar a dificuldade de atender a redução da burocracia estatal da RBC frente às políticas focalizadas, pois atualmente a RBC precisa atender uma série de cobranças empenhadas ao PBF, por exemplo.

O caso maricaense evidencia um uso positivo dos royalties do petróleo para financiar a transferência mensal. Muitos municípios fluminenses investiram recursos dessa fonte em obras e melhorias físicas que nem sempre permanecem a longo prazo, como os ganhos em capital humano. Ademais, considerando a sustentabilidade financeira da RBC no município, a prefeitura criou um fundo soberano para financiar a transferência mensal no futuro, seguindo o modelo aplicado no Alasca, a experiência mais consolidada e bem-sucedida neste campo. Esse fundo é fundamental, dado que a previsão municipal é de crescimento do valor recebido dos royalties até 2036. Assim, a continuidade da política tende a ser garantida, proporcionando ainda mais segurança social aos beneficiários.

EXPANSÃO DA POLÍTICA DE RENDA BÁSICA PARA NITERÓI

Município vizinho à Maricá e antiga capital do Estado do Rio de Janeiro, Niterói possui o 3o maior PIB estadual, o maior Índice de Desenvolvimento Humano do estado e, no momento, é o segundo município do Brasil mais agraciado pelos royalties da exploração de petróleo. Assim como sua vizinha, esses recursos representam uma fatia expressiva nas receitas do município, constituindo 30,4% do orçamento de 2021, subsidiando investimentos públicos, programas de assistência social e a criação de fundos destinados para garantir o desenvolvimento sustentável.

Niterói criou sua política de renda básica em 2020 como resposta aos efeitos negativos da pandemia e como estímulo à manutenção do isolamento social. Assim, a política de transferência de renda niteroiense é parte de uma ampla ação municipal ao enfrentamento da covid19, com bloqueios nos acessos à cidade, distribuição de máscaras para a população, testagem gratuita de covid19 em pontos estratégicos do município, restrição ao funcionamento de shoppings e comércio de rua, bem como o impedimento de circulação de pessoas em praias, parques e diversas áreas do município por muitos dias para estabelecer um lockdown, por exemplo.

Assim, em decorrência da pandemia, o município implementou de forma rápida a política Renda Básica Temporária, iniciada em abril de 2020, um mês após a declaração de pandemia pela OMS. A política transferia R\$500,00 mensais às famílias do município que estavam inscritas no CadastroÚni-



co do Governo Federal ou às famílias de alunos matriculados em escolas da rede municipal de ensino. Inicialmente, a política tinha seu funcionamento previsto até o final do ano de 2020, porém com o prolongamento da pandemia, o Renda Básica Temporária teve sua existência continuada, com aprovação da Câmara Municipal, até julho de 2021. A expectativa do poder local era encerrar a RB com a vacinação em massa. Em seguida, a política foi postergada novamente, desta vez, por mais dois meses, para os cadastrados no CadÚnico. Essa segunda renovação manteve sua continuidade do benefício em uma fase da pandemia com queda na quantidade de óbitos e de internados no município. Todavia, os beneficiários que não estão cadastrados no CadÚnico, mas têm filhos matriculados na rede municipal de ensino tiveram a ampliação do benefício por apenas um mês. Por outro lado, este público recebeu cesta básica até o final do ano letivo, em dezembro de 2021.

Na prática, a prefeitura distribuiu os recursos por meio de cartão de débito para as famílias beneficiárias e todo mês realizava a recarga de R\$500,00 que permitia a aquisição de produtos em qualquer estabelecimento comercial, conforme o interesse e escolha dos beneficiários. Esse aspecto está atrelado ao receituário presente na literatura sobre renda básica (VANDERBORGHT E VAN PARIJS, 2006).

Se em Maricá o recurso era transferido em Mumbucas, em Niterói a transferência ocorreu apenas em Reais, dado que o município não tinha, até aquele momento, uma moeda social municipal. Existia apenas o Prevê, moeda social da favela do Preventório, localizada no bairro de Charitas.

Além da Renda Básica Temporária, a prefeitura criou também o programa Busca Ativa que transferia o mesmo valor às categorias de vendedores ambulantes, artesãos, trabalhadores da economia solidária, quiosqueiros, permissionários de banca de jornal e pescadores artesanais. Esse programa também foi renovado de janeiro a julho de 2021 e, posteriormente, por mais dois meses. A prefeitura ainda foi além pa-

gando um auxílio à Microempreendedores Individuais (MEI), taxistas e motoristas de vans escolares também no valor de R\$500,00 por mês, contemplando cerca de 8800 trabalhadores. Esse benefício foi encerrado em julho de 2021, dado que muitos deles já tinham retornado ao trabalho de forma rotineira. Além disso, o governo municipal criou o Programa Empresa Cidadã, cujo objetivo era preservar empregos formais em empresas do município.

Um elemento importante, em 2019, portanto antes da pandemia, foi a criação do Fundo de Equalização de Receita municipal, com recursos dos royalties do petróleo. Ele não foi concebido para uso de seus rendimentos diretamente em um programa de renda mínima como no Fundo Soberano de Maricá. No caso niteroiense, a proposta visa ser um mecanismo de sustentabilidade fiscal para o futuro do município, quando se encerrarem os repasses derivados do petróleo. No entanto, o fundo foi fundamental para a realização dos programas emergenciais necessários para se minimizar os impactos sociais e econômicos decorrentes da pandemia no município. Assim, ele foi planejado antes da pandemia, mas seu uso emergencial se deu no contexto delicado. No caso maricaense, o Fundo foi pensado para criar salvaguardas futuras para a Renda Básica, como ocorre com a política de RB do Alasca (ZELLEKE, 2012).

Quando colocada em perspectiva com outras iniciativas municipais, e até estaduais, Niterói se destaca. Em geral, os programas dos outros locais não prezaram pela regularidade dos seus auxílios – uma das características essenciais de uma renda básica – durante a pandemia. Enquanto os programas de Manaus (AM), Goiânia (GO) e Vitória (ES) realizaram transferências de até R\$300,00 por família durante 6 meses, Louveira (SP), Brasília, São Paulo (SP), Macapá (AP), Recife (PE) e os governos estaduais do Amazonas e Mato Grosso anunciaram programas com duração entre 2 a 3 meses. Ainda existem os programas que transferem uma parcela única, como é o caso do município do Rio de Janeiro, Pará e Minas Gerais. O único programa municipal que durou mais de 12 meses de forma ininterrupta, e que segue em vigor, com exceção dos programas de Niterói e Maricá, é o “Salvador por Todos”. Esse, no entanto, paga R\$270,00 a cerca de 20 mil trabalhadores afetados pela pandemia, não se destinando às famílias mais vulneráveis inscritas no Cadastro Único. Já os programas “Bora Belém” e o “Supera Rio” – do Estado do Rio de Janeiro – tiveram início apenas no ano de 2021, sendo um



dos poucos programas que pretendem perdurar até o final de 2021, ou até o final da pandemia no caso do “Supera Rio”.

Outro ponto a se observar, para além da regularidade e valores dos programas, são as diferentes formas de focalização. A grande maioria dos programas se valem do CadÚnico para delimitar sua população elegível, evidenciando a importância dessa robusta base de dados para a realização de políticas assistenciais locais. Existem também os programas cuja população alvo são os beneficiários do Bolsa Família, outros muitos que focam nos trabalhadores informais afetados pela pandemia, os que exigem frequência em cursos de qualificação como no programa “Via Rápida” do Estado de São Paulo. Voltando ao caso de Niterói, a prefeitura destaca que o município já transferiu, em média, R\$ 797,57 por habitante com o Renda Básica Temporária, ao passo que Manaus teria empenhado R\$ 43,25, São Paulo R\$ 40,57, Goiânia R\$ 28,32, Salvador R\$ 22,86, e Rio de Janeiro R\$ 14,82 por pessoa. Tendo empenhado cerca de R\$ 1 bilhão para mitigar os impactos da pandemia, a prefeitura niteroiense estima que, considerando uma média de cinco pessoas por família, atendeu a aproximadamente metade da população de Niterói com os programas Renda Básica Temporária e Busca Ativa. Todavia, para efetivar uma ação pública mais efetiva é necessário que o governo municipal torne permanente a ação temporária. Pelo curto tempo de renovação da política, a mensagem pública é que não deverá ter êxito.

Por outro lado, a prefeitura de Niterói parece ter compreendido a gravidade da conjuntura econômica e social, dando um importante passo nesse sentido. Inspirada em sua vizinha, Maricá, a prefeitura sancionou em julho de 2021, a Lei 3621/2021 que institui o Programa de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Niterói.

Esse programa instaura a Moeda Social Araribóia, que servirá de mecanismo para a realização do pagamento de uma renda mínima permanente às famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, e mulheres vítimas de violência doméstica em situação de vulnerabilidade inscritas no Cadastro Único. Aprovado pelos vereadores com apenas um voto contrário e dezenove favoráveis, o programa deve se iniciar já em outubro pagando 90,00 Araribóias – equivalente a R\$1,00 – por pessoa, limitado ao número de seis benefícios por família, com teto de 540,00 Araribóias mensais por família. Se por um lado não atende por completo o caráter individual preconizado por uma renda básica nos termos de Vanderborght e Van Parijs (2006), por inserir o contexto familiar nos critérios de seleção, por outro lado já adota algum tipo de individualidade ao considerar indivíduos na seleção. Um próximo passo para atender fielmente os termos da RB da literatura é conceder o benefício individualmente. Atualmente, se mantém a centralização da posse do cartão do benefício com o “chefe de família”. A prefeitura estima alcançar 27 mil famílias com a política municipal, com um benefício médio de 300,00 Araribóias por família, ao custo mensal de R\$5,6 milhões de reais, portanto R\$68 milhões anuais, cerca de 2% da receita municipal.

O pagamento do benefício será feito através de um cartão magnético, assim como o Bolsa Família e a RBC maricaense. Os valores creditados poderão ser utilizados apenas no município e em estabelecimentos previamente cadastrados, como em Maricá, garantindo que o dinheiro circule dentro da própria comunidade, estimulando a retomada e o desenvolvimento da economia local pós-pandemia. Se espera que o programa incentive a ampliação do cadastro formal dos empreendimentos comerciais e atue na redução das desigualdades sociais no município. Cabe mencionar, na Mensagem Executiva do Projeto de Lei o prefeito sinalizou que o programa pode apontar portas de saída aos beneficiários, apesar de não detalhar como isso poderá ser feito. Essa argumentação de porta de saída não condiz com a literatura sobre as políticas de renda básica, estando mais alinhadas às políticas focalizadas que não pretendem manter os beneficiários por muito tempo recebendo recursos públicos.

O projeto ainda prevê a criação de um fundo, do Banco Comunitário de Niterói, responsável por gerir a moeda social municipal e o cadastramento de estabelecimentos comerciais que aceitarão a moeda. Todos esses elementos serão geridos pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária. Niterói avança no campo da assistência social, criando mecanismos para mitigar os efeitos negativos na economia e na esfera social. Essa primeira ação pode ser um esforço para chegar na Renda Básica, uma política que segundo Van Parijs (2014) tende a ser mais inclusiva, equitativa e igualitária.

AVANÇOS E RETROCESSOS NA CAPITAL FLUMINENSE

No município do Rio de Janeiro, durante a pandemia da COVID-19, surgiu uma iniciativa de criação de uma política social denominada Renda Básica Carioca. A política tem como origem o legislativo municipal, mobilizando, em sua autoria, trinta e sete dos cinquenta e cinco vereadores de mandato. Em primeira votação, o projeto foi aprovado, sem votos contrários, sendo quarenta e um votos “SIM” e duas abstenções, esperando assim ser discutido novamente em uma segunda votação, que também teve resultado positivo. Todavia, em uma votação mais apertada, dado a ação contrária do executivo municipal, em 2020, sendo registrado vinte e dois votos “SIM” frente os vinte votos “NÃO”, além das cinco abstenções.

Após ser aprovada pelos vereadores, a Renda Básica Carioca foi vetada pelo então prefeito do município, Marcelo Crivella. Entretanto, o veto do prefeito foi derrubado, dias depois, pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, sendo vinte e nove votos favoráveis à derrubada do veto, onze contrários e cinco abstenções. Assim, claramente o legislativo municipal defendia a ideia de instituir uma política de transferência de renda mais generosa para a população em situação de vulnerabilidade. Esta ação era defendida por uma ampla coalização de partidos políticos, de distintos perfis ideológico.

A Renda Básica Carioca selecionaria famílias residentes na capital fluminense que recebiam o Auxílio Emergencial do Governo Federal. Seria um mecanismo complementar e isso pode ser uma falha no sistema de proteção social, dado que mantém sem benefícios os que já não recebem. Se por um lado ele complementa e gera sinergia entre as diferentes esferas de governo, de outro, não inclui novos beneficiários em potencial (MEDEIROS, 2020). Esse aspecto é negativo, dado que a fila de entrada no Bolsa Família cresceu nos últimos meses.

Apesar de usar a alcunha renda básica, a política difere parcialmente do conteúdo recomendado para ser uma renda básica. Afinal, cumpre os requisitos de transferir recursos de forma periódica e em espécie (em Reais), no entanto não atende o critério de ser universal, pois a lei municipal define a política como focalizada – similar ao praticado em Maricá e Niterói –, além de exigir condicionalidades e, por fim, selecionou famílias, em detrimento da recomendação de ser individual para promover maior autonomia dos cidadãos. Mesmo com a aprovação do PL 1728/2020 da Renda Básica Carioca, em duas votações, e a derrubada do veto do prefeito, a política não chegou a ser implementada. A gestão de Marcelo Crivella, na época, alegou ilegalidades na criação da política e condenou a geração de mais gastos públicos, sem comprovação da fonte da receita. Uma das justificativas para o veto era que a competência para criação de tal programa seria do chefe do Poder Executivo (MEDEIROS, 2020).

Eduardo Paes @eduardopaes · 23 de mar
Caro @gduvivier. Já temos desde 2010 o Cartão Família Carioca. Tivemos problemas com o Ex-prefeito na condução do programa que já estão sendo sanados.

Gregorio Duvivier @gduvivier · 22 de mar
Caro @eduardopaes você conhece a Renda Básica Carioca? Já tá aprovada inclusive. [twitter.com/MottaTarcisio/...](https://twitter.com/MottaTarcisio/)

Gregorio Duvivier @gduvivier
Em resposta a @eduardopaes

Sim, mas a pergunta era sobre a Renda Básica Carioca. Não só pq o CFC não está funcionando (matéria abaixo), mas pq a RBC já foi aprovada - só falta implementar.

SEM AJUDA
Famílias pobres do Rio esperam há 2 meses pagamento do Cartão Carioca

Sem receber cartão Família Carioca, moradores do Rio relatam dificuldades pa...
Pagamento do benefício social está paralisado na capital fluminense. Paes faz apelo a Bolsonaro por criação de programa de transferência de renda.
g1.globo.com

Resposta de Eduardo Paes ao ator Gregório Duvivier sobre a Renda Básica Carioca

Assim, a gestão municipal da época não tinha interesse em promover maior bem-estar à população, fortemente afetada pelas consequências econômicas e sociais da pandemia. É evidente a iniciativa da Prefeitura em barrar a política, uma vez que a implementação da Renda Básica Carioca mobilizaria recursos, já escassos, impedindo sua destinação para políticas de maior interesse da gestão. Infelizmente, a política foi colocada em segundo plano e não voltou a ser discutida, mesmo se tratando de um momento de calamidade pública e diante da necessidade de se garantir meios de sobrevivência para a população, devido a diminuição da renda das famílias e o aumento do desemprego.

No entanto, um ano depois a Renda Básica Carioca ressurgiu na pauta pública, com a mudança de grupo político no executivo municipal. O atual prefeito, Eduardo Paes, começou a ser questionado por vereadores e figuras públicas se ele não implementaria o projeto. Em suas redes sociais, o prefeito foi questionado pelo ator e humorista, Gregório Duvalier, que possui uma grande influência nas mídias sociais e um número alto de seguidores maior que do próprio prefeito sobre a Renda Básica Carioca. Conforme a Figura 1, o ator questionou por que a política, aprovada no legislativo, ainda não tinha sido implementada pelo executivo, um ano após sua votação e tendo sido derrubado o veto. O questionamento feito pelo ator trouxe a atenção de um grande número de pessoas para o debate, por vezes presente somente no ambiente político e acadêmico, circulando pouco pela sociedade civil.

Em resposta, o prefeito Eduardo Paes fez uma defesa do Cartão Família Carioca, uma política de transferência de renda focalizada com a imposição de condicionalidades já existente na capital fluminense em detrimento da política de renda básica, que recebeu pouca atenção do prefeito. O CFC atendia famílias com a presença de crianças e adolescentes de até 17 anos estudando na rede municipal que estavam em situação de pobreza que já recebiam benefícios do Bolsa Família. Ou seja, é uma política complementar ao PBF. Conforme Medeiros (2020), o propósito geral da política social é “garantir maior igualdade de oportunidades para os jovens e as crianças cariocas”, buscando promover melhoria do desempenho escolar dos alunos das escolas públicas, assim como de reduzir de forma mais intensa os níveis de pobreza e indigência. Conforme o decreto, o objetivo era “da melhoria da qualidade de vida das famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza, e condicionado ao cumprimento de contrapartidas sociais”.

A escolha pela continuidade do CFC, em detrimento da Renda Básica, trata-se, antes de tudo, de uma escolha política. Isso fica evidente, quando Eduardo Paes, após ter o sucesso do programa questionado, atribui a culpa do seu mau funcionamento ao seu antecessor, Marcelo Crivella, à frente do palácio da cidade. Ademais, como o Cartão Família Carioca foi criado durante a primeira gestão de Paes na prefeitura, a decisão privilegiou a continuidade da política, mantendo sua marca e legado político.



No entanto, para além da questão política, considerando que o prefeito é assessorado por uma equipe técnica, objetiva em combater a pobreza e a desigualdade no município, devemos questionar: por que políticos, governantes e policymakers tendem a optar por políticas focalizadas e condicionais, mesmo quando se discute a eficácia desse modelo? Sua preferência pelo Cartão Família Carioca um programa de transferência focalizada e, principalmente, que impõe uma série de condicionalidades viabiliza uma discussão teórica mais profunda sobre modelos de distribuição de renda no Brasil. É importante valorizar a criação e permanência do CFC, mas a opção pela fiscalização não cumpre plenamente a função da proteção social com democracia, ou seja, não garante condições mínimas sem discriminação ou estigma.

De um lado, é compreensível que o custeio de uma política universal seja mais elevado, sobretudo, em um contexto em que a prefeitura tem suas fontes de receitas debilitadas, com o fechamento de empresas e comércios por todo o município, por exemplo. Somente o governo federal tem melhores condições de implementar este tipo de política, combinado com uma política tributária. Porém, de outro lado, a criação da renda Básica Carioca pode representar a oferta de melhores condições de vida para a população de forma mais equânime, podendo aquecer a economia, o que se traduz em maior arrecadação aos cofres públicos. Além disso, instituir uma renda básica no município do Rio de Janeiro é, sem dúvida, uma oportunidade de dar elevada visibilidade para esta modalidade de política pública e uma inovação no campo da assistência social brasileira, dado que a Lei 10.835/2004 não foi implementada. As experiências existentes têm sido sempre diminutas e localizadas em pequenos municípios. E mesmo assim, esses casos têm proporcionado grande visibilidade. Seria algo como o Bolsa Escola no Distrito Federal nos anos 1990.

À título de ilustração, a Renda Básica Carioca melhorou o valor transferido para R\$1.045,00 por beneficiário, ao passo que o CFC garantia uma renda per capita mensal de R\$108,00 por pessoa. Neste caso, transferia apenas o aporte necessário para a renda familiar alcançar este piso. Além disso, a cobertura passaria a ser maior, visto que no município do Rio havia mais beneficiários do Auxílio Emergencial (2.072.793 pessoas beneficiárias) do que do Bolsa Família (284.001 famílias beneficiárias), em 2020, conforme o Portal da Transparência. Para 2021, o CFC pretende atender 50 mil famílias e transferir por mês, cerca de R\$250,00 por família beneficiária. Outra diferença em relação ao Cartão Família Carioca é a cobertura, que seria ampliada, mantendo o aspecto condicional da política. Além dos já contemplados pelo CFC, beneficiários do Programa Bolsa Família, a Renda Básica Carioca também incluiria trabalhadores informais e MEI, muito afetados pela crise econômica provocada pela pandemia da COVID-19.

O município perdeu uma oportunidade de desenvolver uma ação pública de impacto. A capital fluminense poderia ser um agente transformador do campo da assistência social, conduzindo a discussão em defesa da Renda Básica para um nível diferente do atual, destoando das decisões do governo federal.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, nunca se implantou uma política de RB verdadeiramente universal, embora a Renda Básica de Cidadania tenha sido proposta e defendida pelo senador Eduardo Suplicy por anos a fio sendo sancionada Lei Federal em 2004. Quase duas décadas depois, a Lei permanece letra morta na esfera federal, mas a ideia continua em amplo debate na agenda pública, bem como tem sido experimentada e testada em pequena escala local.

O presente trabalho apresenta três percursos interessante sobre a renda básica no estado do Rio de Janeiro: a ampliação da política de transferência de renda em direção à RB, em Maricá. Cresceu como política de transferência de renda com baixa cobertura e benefício pequeno para famílias. Ampliou a cobertura para quase todo o CadÚnico no município, tornou o benefício individual e ampliou o valor transferido. Em Niterói é possível verificar a criação da política de RB em meio à pandemia de forma temporária e emergencial. E, por fim, o Rio de Janeiro é campo para a tentativa de criação de uma RB, por iniciativa do Legislativo municipal, frustrada pelo desinteresse do poder executivo.

A experiência de renda básica de Maricá é a que mais se aproxima dos modelos propostos por Van Parijs (2000) e Suplicy (2003), graças à transferência de renda em espécie, individual, periódico e sem a exigência de condicionalidades. Porém falha em atender o item da universalidade. Apesar disso, representa um grande avanço no campo da assistência social brasileira, dado a elevada cobertura de famílias do CadÚnico. Além disso, durante a pandemia, o valor mensal do benefício foi ampliado para oferecer maior segurança econômica aos moradores do município.

Niterói, de forma perspicaz, aproveitou a proximidade geográfica e política com Maricá para absorver a experiência vizinha e implementar uma política de renda básica municipal, inicialmente tida como emergencial, durante a pandemia e logo progrediu para uma situação de permanência, substituindo os programas transitórios. De início, os programas foram pensados para durar até o fim de 2020 e ampliados, posteriormente, até a metade de 2021, prazo delimitado pela prefeitura com base em um planejamento de aquisição de vacinas para toda a sua população. Isso, no entanto, não se concretizou e as políticas emergenciais foram pontualmente ampliadas ao passo que a prefeitura criava em paralelo a permanente Moeda Social Araribóia. A política niteroiense transferirá uma renda mensal, configurando segurança econômica e alimentar à população mais vulnerabilizada.

Na prática, as famílias beneficiárias serão as inscritas no CadÚnico, demonstrando a importância deste mecanismo para o sistema de proteção social. Para o campo, é fundamental a permanência da política e, caso os cofres da prefeitura não possam arcar com essa renovação, que o governo federal absorva os beneficiários, como o governo federal fez com as famílias atendidas pelo Cheque Cidadão do estado do Rio de Janeiro, em 2007.

A Renda Básica Carioca na capital fluminense não obteve êxito em ser implementada. O esforço dos vereadores foi intenso e valoroso, mas insuficiente para criar uma proteção adicional aos cariocas mais vulnerabilizados. A política destoa da literatura acadêmica sobre o tema, dado que além de ela ser focalizada, também exigiria condicionalidades aos beneficiários. A manutenção do CFC é um alento em meio ao desinteresse pela RB, mas a força do Legislativo deixou sua marca e uma nova retomada do debate político pode favorecer a implementação da política social.

Este pode ser um meio de sensibilizar governantes a buscarem viabilizar a plena cidadania em nosso país, bem como de garantir um direito básico do ser humano, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Junto aos serviços de educação, saúde, previdência, por exemplo, este é um mecanismo fundamental para garantir o atendimento de um padrão digno de bem-estar a todas as pessoas e famílias, incluindo alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços indispensáveis.

Os impactos sociais e econômicos da pandemia devem perdurar por um longo tempo. A pobreza, fome, desemprego e desigualdade social que outrora já estavam em níveis preocupantes, agora estão na centralidade do debate e na agenda dos principais desafios políticos. Políticas públicas para enfrentar essas questões estão sendo, e serão cada vez mais demandadas. Mas problemas estruturais, exigem soluções complexas e amplas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CEPAL, 2011. Programas de transferencias condicionadas: Balance de la experiencia reciente en América Latina y el Caribe. Santiago, Cadernos CEPAL, n. 59, junho, 2011.
- CEPAL, 2014. Transferencias de ingreso para la erradicación de la pobreza: dos décadas de experiencia en los países de la UNASUR. Santiago, março, 2014.
- CECCHINI, Simone; FILGUEIRAS, Fernando; ROBLES, Claudia. Sistemas de protección social en América Latina y el Caribe: una perspectiva comparada. Santiago, Serie Políticas Sociales CEPAL, n. 202, 2014.
- FGV Pesquisas. Programa Moeda Social Mumbuca: Inovação Social, Digital e Econômica RELATÓRIO DE PESQUISA – PROJETO CONEXÃO LOCAL, 2014.
- LAVINAS, Lena et al. Universalizando direitos. Observatório da Cidadania, v. 59, p. 67-74, 2004.
- LAVINAS, Lena. 21ST CENTURY WELFARE. New Left Review 84, November-December, 2013.
- MEDEIROS, Jimmy. Quem quer dinheiro? Do cartão família carioca para a renda básica carioca. Revista Crítica e Sociedade: revista de cultura política, v. 10, n. 2, 2020.
- MEDEIROS, Jimmy; PIRES, Yuri Teixeira. Exemplo de Maricá: características e limitações de experiências de renda básica no Brasil In: Estudos maricaenses : o município de Maricá em debate / organização Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro (IDR), Maricá, RJ: Editora Instituto Darcy Ribeiro, 2021.
- STIGLITZ, Joseph. Povo, poder e lucro: capitalismo progressista para uma era de descontentamento. Rio de Janeiro, Record, 2020.
- SUPLICY, Eduardo. Renda Básica: a Resposta Está Sendo Soprada pelo Vento. Revista de Economia Política, 2003.
- VAN PARIJS, Philippe. Renda básica: renda mínima garantida para o século XXI? Estudos Avançados, 14 (40), 2000
- VAN PARIJS, Philippe. Por que os surfistas devem ser alimentados: o argumento liberal em defesa de uma renda básica incondicional. Revista Brasileira de Ciência Política, 2014.
- VANDERBORGHT, Yannick; VAN PARIJS, Philippe. Renda básica de cidadania: argumentos éticos e econômicos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006
- WIDERQUIST Karl. Three Waves of Basic Income Support. In: Torry M. (eds) The Palgrave International Handbook of Basic Income. Exploring the Basic Income Guarantee. Palgrave Macmillan, Cham, 2019.
- ZELLEKE Almaz. Basic Income and the Alaska Model: Limits of the Resource Dividend Model for the Implementation of an Unconditional Basic Income. In: Widerquist Karl, Howard Michael (eds). Alaska's Permanent Fund Dividend. Exploring the Basic Income Guarantee. Palgrave Macmillan, New York, 2012.

ENTREVISTA COM RUTH JURBERG

Ruth Jurberg é arquiteta e urbanista. Já foi Coordenadora Geral do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – nas áreas de trabalho social e projetos, atuando em diversas comunidades pelo Rio de Janeiro. Ruth tem uma longa trajetória na área de planejamento urbano e desenvolvimento de políticas de habitação de interesse social, e é primeira convidada a contar um pouco mais sobre sua vida para a nossa Arcos do Rio.

Arcos do Rio: Ruth, quem é você e qual é a sua formação?

Ruth: Eu sou Ruth Jurberg, sou filha de um biólogo pesquisador e de uma, hoje aposentada, empresária. Venho de uma família só de mulheres, onde foram raras as presenças masculinas.

Eu sou arquiteta, mas na época em que eu me formei não existia a formação em Urbanismo, e apenas anos depois eu fiz uma pós-graduação nessa área. Estudei também em algumas universidades fora do Brasil, como nos Estados Unidos, em Roterdã num instituto chamado “Institute for Housing and Urban Development Studies – IHS”, instituto famoso que lida com essa questão do urbanismo, do planejamento e da habitação. Depois eu estudei no Japão, onde fui bolsista da JICA num curso também de pós-graduação na área de habitação. E como eu adoro estudar, eu não fiquei satisfeita com esses cursos e fiz ainda mais um MBA em Políticas Públicas num convênio com a UERJ, e outro MBA na UFRJ em Habitação e Eficiência Energética. Por fim, fiz um mestrado na UFRJ no PROURB. Essa foi minha última área acadêmica de estudos que terminei há 2 anos atrás. Então essa sou eu em termos de estudos.

Em termos profissionais, eu comecei minha vida profissional trabalhando com paisagismo no escritório de Roberto Burle Marx, onde eu fiquei por um ano, mas depois eu quis conhecer outras áreas da arquitetura. Trabalhei em escritório de decoração, escritório de construção e de reforma, até que no último ano da faculdade tinha um estágio na CEHAB, que é a Companhia Estadual de Habitação, para trabalhar na área de favelas em 1983. Me apaixonei pela área e decidi que eu queria trabalhar com projetos de planejamento urbano, não só na parte de habitação, e, naquela época, não existia uma outra forma de trabalhar com habitação de baixa renda nem com planejamento que não fosse pelo governo. Então eu entrei no Governo do Estado, como estagiária e, depois da graduação, fui contratada pela CEHAB, onde até hoje eu sou funcionária. Mas ao longo de toda essa trajetória de 37 anos de carreira, eu fui para outras áreas, em outros locais, em 4 prefeituras diferentes como Secretária, na de captação de recursos, trabalhei coordenando Plano Diretor, trabalhei em parceria com o Banco Mundial, com o BID e com o Cities Alliance, que em 2017 eu fui convidada para coordenar a política habitacional do Paraguai. Eu fiquei um ano e meio sendo consultora internacional e coordenando a revisão da política habitacional e de habitat paraguaia. Foi uma experiência sensacional.

Minha trajetória de trabalho, desde que me entendo como formada, sempre foi na área pública. Fiz alguns trabalhos para a área privada, mas nunca trabalhos de projeto, de decoração, essa não é a minha área. Eu gosto de trabalhar para a população de baixa renda e eu gosto de trabalhar para o desenvolvimento de cidades, repensar a cidade, o planejamento estratégico, o planejamento urbano em suas diversas dimensões.

Essa é a minha trajetória.

Arcos do Rio: Você está há quase 40 anos no serviço público, e se apaixonou assim que entrou no estágio por essa área de planejamento urbano, por habitação popular, e nunca mais saiu. Mas você consegue explicar de onde vem tanta paixão por esse trabalho?

Ruth: Na minha vida pessoal, 2 coisas eu detesto: uma é mentira e a outra é desigualdade. Eu tenho verdadeira aversão por essas coisas, elas me incomodam profundamente, talvez até num grau superior do que nas outras pessoas. Eu sempre fui criada na minha família pela verdade, que a verdade era mais importante do que qualquer coisa. Esse é um lado.

O outro lado é a desigualdade. Quando eu percebi que eu poderia ser um “instrumento técnico” para tentar melhorar a vida da população de mais baixa renda que tem pouca voz ativa, pouca representatividade, eu resolvi que isso seria a minha forma de contribuir para o mundo. E eu de fato gosto de pensar nos espaços de uma versão macro, não sou uma pessoa de ficar preocupada com o detalhe da maçaneta que vai ser colocada na porta, com o gesso ou com a iluminação da casa. Se eu tiver que fazer eu faço, mas eu gosto de pensar na cidade, na sua estrutura, como podemos mudar e melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes.

Quando eu me coloco nesse lugar de privilégio, de ser uma pessoa branca, de uma família estruturada, moradora da Zona Sul, que tive oportunidades de estudar línguas e morar fora, fica fácil de pensar na mobilidade urbana, por exemplo. Mas quando a gente pensa nas pessoas que demoram 3 horas para irem trabalhar, nesses ônibus apinhados de gente, e outras 3 horas para voltarem, isso tudo me incomoda, essa desigualdade. A Rocinha, por exemplo, é uma comunidade que tem tamanho de uma cidade, que está encravada entre os 3 maiores IDHs do país, Leblon, Gávea e São Conrado, e tem aqueles indicadores do dia a dia que se vê in loco. Eu fico muito contente quando consigo fazer algum tipo de transformação nas áreas mais necessitadas.



Eu sempre conto que, no ano 2007, quando fui chamada para coordenar a área social do PAC, a gente nem sabia o que era área social. Era uma decisão do Governo Lula, e o Governo do Estado era obrigado a criar um grupo que fizesse o trabalho técnico-social, e fui chamada para ser essa coordenadora-geral no Estado. Eu não tinha nem equipe e tinha que criar uma metodologia. A primeira vez que eu fui para fazer uma palestra e explicar o que era o PAC para os moradores do Complexo do Alemão, onde eu nunca tinha ido, eu demorei 2 horas caminhando no meio da mata, e nesse dia eu vi dezenas de meninos de 12 ou 13 anos com metralhadoras que eram, às vezes, maiores do que eles próprios. Não tinha luz, e eu tinha que voltar antes de escurecer, porque, eu ia tirar férias e viajar com a minha família toda. Eu fui para o aeroporto de bota com lama de esgoto, porque não deu tempo de ir para a casa, com aquela mesma roupa imunda do Complexo do Alemão, que não tinha rua, era tudo lama, sujeira, imundice, 2 horas escalando o morro e pensando que aquelas pessoas fazem isso todo dia, e com muita violência, porque não tinha UPP na época. E eu entrei no avião e não dormi a noite inteira, fiquei olhando e pensando: “Ou eu vou encarar esse desafio como uma missão na minha vida, para de fato tentar transformar e ajudar a vida dessas pessoas, tentar tirar esses meninos da violência, do tráfico, porque eles não tinham oportunidades, ou eu volto para o Palácio Guanabara e sento de frente para o jardim, que era bem cômodo”. Então eu decidi encarar essa missão.

Isso para mim faz meu olho brilhar, morador de favela diz isso: “dona Ruth, seu olho sempre brilha quando a senhora fala do seu trabalho”. E é verdade. Eu não olho o meu olho, mas eu sei que o meu coração bate forte por esse trabalho em que eu possa, de alguma maneira, contribuir para a mudanças.

Arcos do Rio: Essa fase que você mencionou agora, que você foi coordenadora da área social do PAC, provavelmente isso foi extremamente marcante na sua vida. Dentro de toda essa experiência que você acumulou ao longo desse tempo, por que ainda falta tanto para a gente levar dignidade para essa parcela de população mais vulnerável da nossa cidade?

Ruth: Falta porque não há continuidade. Se houvesse continuidade nos projetos e garantidos os recursos independente do partido político “A” ou “B”, da gente gostar ou não, estar na situação ou na oposição, mas se os projetos pudessem ser levados adiante no seu desenvolvimento, muitas comunidades já estariam de uma forma diferente. A nossa inspiração foi tanto o Favela Bairro no governo de Cesar Maia, onde houve uma pequena participação da sociedade na elaboração dos projetos e no acompanhamento, mas ainda foi bem pequena, quanto o projeto de Medellín, que chama PUI (Programa Urbano Integral), que eu fui conhecer. E nesse programa colombiano independente de governo, pode ser governo de oposição ou de situação e ele segue acontecendo ao longo dos anos, a população tem uma participação muito ativa nas decisões de que projetos vão ser desenvolvidos.

A gente trabalhou com essa ótica aqui no Rio em 12 projetos, que eu não acho pouco porque atinge em torno de 1 milhão de habitantes se a gente pensar em ordem de grandeza. E desses 12, só 3 saíram do papel, que foi durante o PAC 1, por falta de recursos e de má gestão: o projeto da Rocinha ficou faltando terminar 2 equipamentos, o projeto do Complexo do Alemão ficou faltando também terminar uma parte da obra, mas neste foi por uma questão de violência, e Mangueiras, que terminou o projeto. O problema que a gente tem aqui, que não é apenas carioca e nem só do Rio de Janeiro, mas sim um problema brasileiro, é que o brasileiro é muito bom de inauguração e péssimo de manutenção. Então a gente faz um bom projeto, implementa com milhões de investimento público, e que é recurso do nosso imposto, só que na hora da gestão pública é muito ruim. O governo, o poder público municipal e estadual, abandonou esses territórios depois de 2016. O que foi construído foi degradado, ou foi modificado, ou foi invadido, e é uma pena quando você volta hoje e não reconhece aquele projeto original que foi combinado com os moradores, que foi inaugurado com a presença deles chorando de emoção de estar recebendo com aquela qualidade. Quando você vai hoje em Mangueiras, o Centro de Referência da Juventude e a Casa da Mulher estão destruídos, estão fechados. A UPA que era 24 horas ficou fechada, e como que se justifica para uma população que você está fechando um hospital que está pronto? Que funcionava 24 horas, uma população carente que não tem que sair para ir para a Penha, para outros lugares, no meio da madrugada, e de repente você fecha. E assim são vários equipamentos.

Então acho que isso é lamentável e a gente não vê em Medellín. Lá a cidade teve milhares de problemas de violência, de narcotráfico, mais graves até que no Brasil, e eles conseguiram implementar um programa em 13 comunidades a médio prazo, mas, em nenhum momento depois de concluídas essas obras, o governo saiu do território. A equipe do social e de manutenção sempre estiveram presentes, há verba para isso, e aqui no Brasil, não é só no Rio de Janeiro, é muito difícil você ver um governo preocupado com a manutenção de projetos que não são da sua gestão. Às vezes não é nem da oposição, só não é da própria gestão, “é de outro gestor, então vamos fazer outro projeto”.



Arcos do Rio: Hoje o Rio de Janeiro tem mais de mil comunidades carentes. Você acredita que é possível urbanizar todas essas áreas de baixa renda da cidade? E como, se existe algum caminho?

Ruth: O Cesar (Maia), no governo dele, conseguiu um recurso internacional. Era um outro momento, claro, mas um recurso onde mais de 60 comunidades foram urbanizadas, e o interessante daquela época é que havia escalas de urbanização. Então foram divididas as comunidades em pequenos e médios portes, porque não chegaram a trabalhar em comunidades grandes, e acho que essa é uma boa solução para se trabalhar. Tem comunidades onde a necessidade de urbanização é muito pequena, são pontuais, como Chapéu-Mangueira, Babilônia, Santa Marta, comunidades da Zona Sul, Morro da Providência, elas estão inseridas na malha urbana, elas têm uma escala pequena de habitantes e de demandas, conseqüentemente. Então com pouco recurso se consegue resolver.

Agora tem que haver parceria entre as instâncias de governo, dentro do próprio município e do município com o Estado. Não tem como uma Secretaria de Habitação do município realizar uma obra que, por exemplo, a Geo-Rio ou a Secretaria de Conservação não saibam, esse diálogo tem que ser permanente. E no caso do Estado, que aí falamos em mais de mil favelas em todo Estado, ele tem expertise para realizar esse tipo de intervenção, principalmente as grandes. Me lembro no começo a Caixa Econômica Federal em 2007 dizia que não tínhamos experiência, que estávamos nos metendo numa seara que não era nossa, e o Estado bancou que iria fazer. Fez e recebeu prêmio! Não estou falando de corrupção, estou falando de reconhecimento, do lado positivo, as coisas saíram do papel de fato, a gente conseguiu, como Governo, setor público, tirar do papel ideias que funcionam. Existe teleférico funcionando em Medellín ou mesmo na Venezuela em Caracas até hoje. O de Caracas foi nosso exemplo, eu fui consultora no de Caracas pelo Governo do Estado e passei um mês para explicar como deveria ser trabalhado o teleférico lá em relação à população.

Eu acho que dá, desde que haja um alinhamento de forças e de energia no sentido de liberar recursos. Se o Governo Federal, através das bancadas da Câmara dos Deputados, não priorizar e não pressionar para que o Ministério do Desenvolvimento Regional invista recursos em saneamento, em habitação de qualidade e mobilidade urbana, as cidades vão inchar e piorar na sua qualidade.

Arcos do Rio: O seu trabalho foi reconhecido inclusive com prêmios, e toda a sua experiência e todo esse trabalho te levaram a ganhar um prêmio internacional da Universidade de Roterdã. Conte um pouco mais desse reconhecimento.

Ruth: Em 1991 eu fui morar na Holanda, fui fazer o curso do IHS, passei 8 meses por lá, e aquilo foi um divisor de águas na minha vida. Foi a primeira vez que eu ouvi falar sobre aluguel social, porque a Holanda naquela época já praticava o aluguel social para a população de mais baixa renda – óbvio que ela é diferente da brasileira, mas ela existe.

Eu voltei para o Brasil e tentei trazer essa ideia para a CEHAB, onde eu estava trabalhando, e não consegui. Não houve interesse por parte da Companhia, além da curiosidade inicial de eu ter sido bolsista. Então eu fui chamada por um urbanista chamado Augusto Ivan, que era o Subprefeito do Centro do Rio no governo de Cesar Maia, para trabalhar com uma equipe em novas alternativas habitacionais. Eu fiz um mapeamento de todas as áreas centrais da cidade, onde havia casebres, casarios e cortiços abandonados e que pudessem ser reformados para se tornarem habitação de interesse social. Quando você vai construir um prédio para a população de baixa renda, por que a Prefeitura do Rio constrói na Zona Oeste? Porque o terreno é mais barato já que não tem infraestrutura instalada, então se opta por colocar o morador a 60km do Centro. Agora, quando no Centro do Rio de Janeiro já se tem toda a infraestrutura instalada, água, luz, esgoto, e se há uma reforma nesses imóveis que estão abandonados, com certeza isso sai mais barato do que você construir na Zona Oeste. Então na época, Cesar Maia achou a ideia interessante e eu coordenei esse projeto.

Na época do PAC, fomos incentivados pela CEF a apresentar um estudo de caso num concurso chamado “Melhores Práticas” que acontece a cada 2 anos, e apresentamos a Rocinha, o Complexo do Alemão, o Complexo de Manguinhos, Pavão-Pavãozinho, todos que eu estava coordenando. Parecia até que já estava sempre ganhando, mas em todos eles nós ganhamos em primeiro lugar. A cada 2 anos eu ia e subia no palco para ganhar o prêmio pela prática do que tínhamos implementado a cada um desses territórios. Nesse mesmo tempo aconteceu o Fórum Urbano Mundial em Medellín, onde tivemos um incentivo muito grande do governo Cabral para levarmos o nosso projeto, e na época o PAC estava sendo muito reconhecido e vinha gente do mundo inteiro para conhecer as obras e a parte social. Como eu sempre me mantive em contato com o governo da Holanda através do Instituto, que depois virou Erasmio University, a Holanda lançou um concurso internacional de personalidades que transformaram a realidade, e me incentivaram que eu mandasse a minha história, como gestora do PAC, que pude participar dessa transformação, da participação da sociedade, conseguindo dialogar, em função de ser urbanista, entre o social e as obras, e fui surpreendentemente selecionada e ganhei o prêmio. Então além de ir para o Fórum Urbano Mundial de Medellín apresentar o PAC, eu fui para receber esse prêmio internacional, que tenho o maior orgulho.

Eu fico muito triste porque a gente poderia ter feito muito mais, em termos de benefícios para quem precisa, mas eu acho que a gente conseguiu fazer bastante.

Arcos do Rio: Você também tem uma larga experiência em Prefeituras da Baixada Fluminense, que acabam se conectando com o município do Rio de Janeiro, seja pelos problemas ou pelas vantagens, benefícios e malefícios. O que você aprendeu, estado à frente de Secretarias importantes da Baixada, projetos importantes lá dentro, e que nós, aqui da Capital, poderíamos aprender com esses municípios vizinhos?

Ruth: Eles são municípios vizinhos que têm impacto muito grande na capital. É tudo muito integrado e todas essas cidades têm problemas gravíssimos em termos dos indicadores sociais, econômicos, educacionais, de saúde, e precisávamos trabalhar em rede. O Plano de Gestão Metropolitano, que o Estado se esforçou e houve um recurso internacional do Banco Mundial que a Câmara Metropolitana trabalhou durante algum tempo, é muito importante, porque não tem como desvencilhar uma cidade de Baixada, com todos os seus problemas que são elevados a potência n+1 do que a gente encontra no Rio, em termos de saneamento, de educação, saúde. E os censos brasileiros são muito defasados, as políticas públicas são pensadas em função dos números do censo, e os prefeitos trabalham com uma realidade muito pior do que os números apresentados. Então eu acho muito importante a gente poder trabalhar de maneira integrada.

Quando eu estava em São João de Meriti, última cidade onde eu estive Secretária, fizemos uma parceria com a Prefeitura do Rio para a área da Pavuna, porque ali tem uma ponte que você cruza e na Pavuna tem shopping, equipamentos, e quando você passa para São João é uma tragédia. Na Pavuna tem uma violência que preocupa os moradores de São João. Então na época assinaram esse documento de parceria o Governo do Estado e as 2 prefeituras – do Rio e de Meriti -, mas que depois não foi para frente. Se essas iniciativas fossem de fato seguidas no sentido de o projeto existir, que já se tem diagnóstico, teria um impacto muito grande, e as políticas públicas poderiam ser desenhadas de maneira integrada.

Lixo, por exemplo, por que o Rio tem que ter aterro sanitário em Seropédica? Imaginem o custo, que nós pagamos, de um caminhão de lixo coletar o lixo em vários bairros e levar para Seropédica diariamente, e isso também acontece com outros municípios. Não há um consórcio, que poderia ser feito em várias áreas, como educação, área técnica, escola técnica. O Governo do Estado tem expertise, mas ele não realiza, infelizmente. E aí entra na questão política: quando entra a oposição, que não tem alinhamento de ideias, as iniciativas se acabam. Mas a população não quer saber disso, ela precisa da educação, ela precisa da saúde, ela precisa de um transporte digno.

Arcos do Rio: Ruth, você falou sobre a sua experiência na Baixada Fluminense, então uma pergunta muito objetiva: apesar de todo esse trabalho, você aceitaria mais um convite para ser Secretária de novo?

Ruth: Eu já estive como Secretária por 4 vezes, mas acho que na Baixada eu já dei a minha cota. Estive em Magé, depois fui para Belford Roxo, Nova Iguaçu e por último São João de Meriti.

Quando a gente está nesse lugar, a gente tem a oportunidade de transformar. E é bom ter esse lugar de experimentar essas transformações nas cidades. Eu aceitaria esse desafio de novamente de trabalhar por uma cidade, captar recursos, escrever projetos, e gosto de ver o resultado. Pensar com vai ser, discutir com a população, ver a obra pronta, ver essa transformação. Foram muito bons para mim esses anos que trabalhei como Secretária.

E trabalhei como consultora em 13 cidades, entre elas Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto, Mesquita, Queimados, que fiz os planos de habitação. Teve um ano que eu fui a pessoa no Brasil que estava coordenando o maior número de planos de habitação de interesse social, que vinham recursos do Ministério das Cidades e as cidades contratavam empresas, e a minha empresa, na época de consultoria com amigos, conseguiu fazer um projeto bem bacana e a outras cidades acabaram procurando a gente, e acabamos com 11 projetos. Foi bem legal!

Arcos do Rio: Caminhando para o final, Ruth, com a sua visão de arquiteta, e aqui sobre o Rio de Janeiro, o que mais te encanta na cidade e o que mais te desaponta?

Ruth: O que mais me encanta é a paisagem, eu sou apaixonada pela paisagem. Eu acho que o Rio é uma cidade muito linda, com montanha, mar, Mata Atlântica... isso me encanta. E o que mais me entristece é, de fato, a desigualdade. Ver que nesse mesmo local onde a gente tem o privilégio muitas vezes de ir pela Avenida Atlântica para ir para o trabalho, de ter paisagens bonitas, o Aterro do Flamengo que é lindo, enfim, a cidade não é só concreto, mas ela é uma cidade muito desigual. Não precisa ir para a favela da Rocinha, que esse é um exemplo clássico, mas na Pavuna com a qualidade urbana deteriorada que está, com a quantidade de buracos na rua, de mato, de falta de ponto de ônibus. São 2 "Rios de Janeiro", uma zona completamente abandonada e a Zona Sul cartão postal. E a pandemia, que veio para todos, acabou mostrando também a face mais perversa dessa desigualdade, como a higienização, proteção sanitária, alimentação, além do limitadíssimo acesso remoto de crianças às aulas online, e outros problemas que ficaram ainda mais latentes.

Arcos do Rio: Agora, por fim, uma brincadeira de bate-bola: seu time?

Ruth: Flamengo.

Arcos do Rio: Sua escola de samba?

Ruth: Mangueira.

Arcos do Rio: Você tem um bar ou um restaurante preferido?

Ruth: Tenho, o Gurumê, de comida japonesa.

Arcos do Rio: Você tem algum canto preferido da cidade do Rio de Janeiro?

Ruth: Jardim Botânico ou a Urca.

Arcos do Rio: E a última, um sonho?

Ruth: Ter saúde para poder continuar trabalhando para diminuir a desigualdade e ter o poder de sensibilizar as pessoas, para elas também ajudarem.

Entrevista realizada em 04 de maio de 2021.



Foto: Rafael Pereira



nrcos
do Rio

INSTITUTO
RIO 21

A KONRAD
ADENAUER
STIFTUNG